Sumário

Introdução

Neste trabalho eu procuro traçar um quadro da pobreza urbana no Brasil contemporâneo, com a precisão permitida pelos dados de pesquisas de amostragem de domicílios[1]. Para isso eu utilizo da abordagem das linhas de pobreza[2].

No caso do Brasil, interessa que este quadro, além de indicar as proporções e características demográficas e sócio-econômicas das populações pobres para o conjunto do país, inclua também as variações nessas características para as diversas regiões. Para tanto faz-se necessário usar linhas — nos níveis de indigência e no de pobreza[3] — diferentes para

---

[1] Utilizo, principalmente dados da Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição – PNSN, feita em 1989. Este levantamento de dados foi patrocinado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e executado com a colaboração técnica do IBGE e do IPEA. Na sua parte básica, as informações que o PNSN fornece são basicamente comparáveis às das PNADS (Pesquisas Nacionais de Amostra de Domicílios do IBGE). Agradeço criticas e sugestões de Philip Fletcher, Vilmar Faria. Sonia Rocha e Ricardo Paes de Barros, bem como idéias que surgiram nos debates sobre a pesquisa na Coordenadoria de Política Social do IPEA (Brasília). Sou grato também a Stella Silva Telles e Karla Silva pela competente programação e preparo de tabelas. É claro que essas pessoas e instituições não têm qualquer responsabilidade pelas análises ou interpretações aqui apresentadas, as quais cabem tão somente ao autor deste trabalho.

[2] Estes estudos têm uma longa linhagem desde as primeiras pesquisas realizadas em York na Inglaterra, por Rowntree (1901 e 1941), no inicio do século. Nas últimas décadas esta metodologia ganhou contornos nítidos, a partir das análises feitas na CEPAL, por Oscar Altimir (1979). No Brasil, durante muito tempo, as análises da pobreza permaneceram metodologicamente toscas, centrando-se nas proporções e características das famílias cuja renda familiar situava-se abaixo de certo número de salários mínimos. Isso fazia, por exemplo, que comparações temporais e inter-regionais fossem extremamente precárias. Nos últimos anos o approach das linhas da pobreza começou a ganhar adeptos [ver entre outros estudos recentes os de Lopes e Gottschalk (1990). Rocha (1988 e 1991) e o de Romão (1991)].

[3] No presente estudo, utilizei de linhas de indigência (valores per capita que cobrem apenas os gastos com a alimentação) e de pobreza (valores per capita para fazer face a todas as necessidades básicas. alimentares e não alimentares), obtidas a partir de adaptações dos dados calculados por Sonia Rocha (1991), usando também os quadros organizados — a partir do ENDEF (Estudo Nacional de Despesa Familiar. realizado pelo IBGE em 1974/5) — por Vera Lucia Fava (1984). Os grupos de domicílios separados por essas linhas são indicados nas tabelas pelas letras I (Indigentes). Pn (Pobres não Indigentes), e NP (Não

as grandes regiões brasileiras, já que são diversas as suas estruturas de consumo e os custos de vida.

Uma coisa chamou-me logo a atenção nas análises da pobreza, qual seja a rápida mudança nas suas proporções com as mudanças das condições econômicas gerais ocasionadas pela conjuntura econômica. Numa perspectiva comum aos sociólogos, eu tendo a pensar a pobreza como algo relativamente estável, que só muda lentamente com a melhoria ou a piora das condições econômicas. Assim, um foco de interesse deste trabalho é a procura de um componente estrutural na proporção total de pobres. Para isso utilizei um indicador direto de necessidades básicas insatisfeitas. Este indicador foi usado como complemento da abordagem indireta da satisfação dessas necessidades, através do cotejo da renda domiciliar per capita com as linhas de indigência ou de pobreza.

Este indicador baseia-se na combinação de certas características físicas da habitação que apontam para más condições sanitárias, com um índice de alta densidade por dormitório, bem como com outro índice de condições sociais desfavoráveis (não freqüência à escola por crianças de 7 a 11 anos)[4]. O seu uso possibilita a classificação dos domicílios em dois grupos, aqueles que têm necessidades básicas insatisfeitas e aqueles que não as tem (NBI e NBS).

O cruzamento das duas dimensões — a que separa a população segundo linhas de pobreza e a que a agrupa segundo a satisfação ou não de necessidades básicas — permite uma análise mais acurada da questão da pobreza, e do seu componente de pobreza estrutural ou crônica.

A exposição dos resultados deste estudo está organizada da seguinte maneira. Na primeira parte apresenta-se uma brevíssima história da diferenciação regional do país desde o seu passado como economia escravista exportadora de produtos primários, bem como um relato das vicissitudes das desigualdades regionais, nas várias fases do desenvolvimento industrial do país. Segue-se um retrospecto da evolução

Pobres). No fim deste trabalho, no "Anexo Metodológico", estão detalhadas as operações realizadas para chegar ao conjunto de linhas para cada região, bem como acham-se informações sobre outros indicadores que foram utilizados, destacando-se o de necessidades básicas mencionado logo a seguir no texto.

[4] Mais detalhes acham-se anotados no "Anexo Metodológico".

das taxas de pobreza, no país como um todo e nas suas regiões, nas últimas décadas, e, com mais vagar, durante os anos 80, utilizando-se de dados dos estudos já mencionados de Sonia Rocha e de Maurício Romão (ambos, grosso modo, comparáveis, já que feitos com a mesma metodologia).

Prossegue-se, depois, com a análise da pobreza no país como um todo, utilizando primeiro apenas os cortes representados pelas linhas de indigência e pobreza, para mostrar as proporções de domicílios nos vários níveis e os seus perfis demográficos e sócio-econômicos. O esforço é no sentido, de um lado, de visualizar quem são os pobres nos vários níveis, como grupos concretos. E, do outro, de tentar-se identificar os vários co-determinantes das condições de pobreza: na estrutura sexo-idade dos membros do domicílio, na situação das qualificações de sua força de trabalho (principalmente nos seus níveis educacionais) e na quantidade de empregos que conseguem, para terminar aquilatando a qualidade dos mesmos empregos.

Ainda nessa parte, com o cruzamento já mencionado, de linhas de pobreza com a dicotomização dos domicílios segundo têm ou não necessidades básicas insatisfeitas (NBI), procuro examinar até que ponto delimita-se, assim, uma situação de pobreza crônica, com um perfil demográfico e sócio-econômico bem distinto e característico.

Na segunda parte do trabalho, focalizo as diferenciações regionais de pobreza. O que se procura aí não é simplesmente repetir a análise feita para o total do país para cada uma das suas grandes regiões separadamente[5]. A finalidade é, sim, de por meio de quadros mais sintéticos procurar identificar as formas por ventura específicas de como nelas (ou em subconjuntos delas) se manifestam a pobreza e a miséria. Algumas indicações foram encontradas na direção de, mais do que subsistirem, estarem sendo recriados dois brasis.

[5] A Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição feita em 1989 pelo INAN/IPEA/IBGE, embora, no essencial, como dissemos, semelhante às PNADS, foi baseada numa amostra menor (17.920 domicílios e 63.213 pessoas no Brasil inteiro). Principalmente por essa razão achei conveniente, muitas vezes, agrupar as regiões Norte e Centro-Oeste urbanas, numa única unidade de enorme área mas de população relativamente rarefeita, e contrastá-la com outra que juntava as populações urbanas do Sul e do Sudeste.

Primeira parte

Nos primórdios da industrialização brasileira, no final do século XIX já se encontravam desníveis econômicos grandes entre as diversas regiões brasileiras, e por conseguinte grandes diferenças nas suas proporções de pobreza. Ciclos de exportação de produtos primários (açúcar, ouro) sucederam-se na economia escravista em regiões diferentes (o primeiro na região litorânea do Nordeste, o segundo nos vastos vazios do centro do país). Ao entrarem em decadência, sendo substituídos, após largo hiato, por novo ciclo em outra região, deixavam para traz uma vasta população pobre, com ampla proporção negra e mestiça, de escravos e libertos.

O ciclo do café, no século XIX, encontrou o seu meio propício em São Paulo. Articulando-se com a economia mundial, em plena transformação sócio-econômica resultante da revolução industrial na Europa e depois nos Estados Unidos, a economia do café teve destino diferente. O próprio ímpeto de seu desenvolvimento acelerou a decadência do regime escravista, provocou enorme onda de imigrantes e a criação de mercados internos urbanos para produtos industriais. Sobre a prosperidade do café, se superpôs a industrialização substitutiva de importações.

O Sul, por sua vez, teve a sua história econômica e social específica. A imigração que para lá se dirigiu desde os meados do século XIX, foi, ao contrário da paulista (a qual constituiu a mão-de-obra das grande fazendas de café), uma imigração de agricultores, constituindo bolsões significativos de pequenas propriedades num país de latifúndios. Nessa região, o desenvolvimento econômico se deu muito em função do fornecimento de gêneros alimentícios para a região paulista. A sua decadência veio bem posteriormente, na quarta e quinta décadas deste século, com a perda dos seus mercados no Centro-Sul. A pobreza de sua população é, pois, mais recente, e comparada à do Nordeste, muito menos pronunciada.

A pequena propriedade desenvolveu-se também em São Paulo e no Paraná, nos interstícios do sistema de grandes propriedades, mas bem mais tarde nos anos 20 e 30. No Paraná numa agricultura do café de menor porte, em áreas de colonização planejada e muito como resultado mesmo do movimento para o oeste da cafeicultura paulista. Em São Paulo, com a decadência do café, a partir dos anos 30. Nessas áreas paulistas, desenvolveu-se uma agricultura de alimentos, que passou a abastecer o mercado regional, substituindo em boa parte os fornecedores sulistas.

A industrialização substitutiva de importações, de início, se desenvolveu onde havia mercados urbanos. Tendeu rapidamente a concentrar-se no Centro-Sul, no Rio de Janeiro, e, cada vez mais, em São Paulo, em prejuízo das economias urbano-industriais do Nordeste e do Sul. As desigualdades inter-regionais somente pararam de aumentar, ou pelo menos foram amortecidas as disparidades de crescimento, a partir da década dos 60, com políticas deliberadas de desenvolvimento regional. As indústrias, porém, que, com a política de incentivos, se localizaram no Nordeste, são capital-intensivas, dirigidas para mercados do Sul ou externos. Embora o crescimento industrial daquelas regiões aumentasse, os seus efeitos sobre as condições de vida da maioria da sua população pobre foram quase nulos[6].

A prevalência da pobreza e as más condições de vida urbanas, em toda parte, refletem de perto a situação da economia regional. Migrações rurais-urbanas aceleraram-se nas regiões pobres, devido à decadência das suas economias regionais. Nas regiões mais ricas (no Centro-sul), o mesmo movimento na direção das cidades decorreu da modernização da agricultura. Nas regiões mais pobres, a urbanização deu-se num ritmo que ultrapassou de muito o desenvolvimento das atividades urbanas modernas. No Centro-Sul, as migrações deram-se em função do desenvolvimento econômico, principalmente pelo aumento das oportunidades do emprego urbano. Mesmo nessa região, migrações pobres tiveram a sua presença, com o aumento das migrações inter-regionais, que se somaram às rurais-urbanas da própria região. A história do Norte e do Centro-Oeste é mais mesclada. Na primeira década deste século, no Norte, ocorreu também - à semelhança dos ciclos econômicos exportadores dos séculos anteriores - o declínio abrupto da economia da borracha, resultando grande aumento da pobreza regional.

Assistiu-se, também, tanto na metade norte do Centro-Oeste como na parte mais oriental do Norte, um movimento constante de camponeses, numa situação em que a "fronteira" permaneceu relativamente aberta durante anos. A criação de Brasília no fim da década dos 50 e a abertura da estrada Belém-Brasília aceleraram o movimento de uma agricultura mais

---

[6] Ver Lopes (1968), Castro (1971), e para as décadas mais recentes Camargo & Giambiagi (1991).

moderna para a parte sul do Centro-Oeste e o estabelecimento de uma rede urbana nessa parte do país. Intensificou-se, assim, o movimento camponês do Nordeste em direção do oeste, e, com o fechamento da "fronteira" agrícola, ocorreram por todas essas vastas regiões, movimentos rurais-urbanos e, em particular, o crescimento de populações urbanas pobres nas cidades satélites dos arredores de Brasília.

A essa diversidade das histórias social e econômica regionais sobrepõem-se as variações dos ritmos de crescimento da economia nacional, elevados durante os anos 50, 60 e 70, baixos nos anos 80. O período de movimento ascendente foi interrompido pela recessão de 61 a 64, e a estagnação da última década foi acentuada pela profunda recessão de 81 a 84.

Este é o pano de fundo histórico e econômico que devemos ter em mente para contextualizar as diferenças de proporções de miséria e pobreza e talvez também as de modalidade com que essa pobreza se apresenta, reveladas pela pesquisa domiciliar da PNSN de 1989.

A proporção de pobres no Brasil durante as décadas de 60 e de 70 foi decrescente (principalmente nos anos 70). Estudo de Romão (1991), utilizando dados censais e PNADs e usando linhas de pobreza, definidas grosso modo da mesma maneira como é feito no presente estudo, fornece-nos as seguintes proporções de pobres para todo o país, nas datas dos censos:

Em 1960, 41,4% ; em 1970, 39,3% e em 1980, 24,4%. Com a recessão no início dos anos 80, elevou-se rapidamente a proporção de pobres: em 1983 estávamos novamente no nível de 1960: 41,9%. A recuperação econômica iniciada em 1985, que culminou com o boom do "Plano Cruzado", fez cair rapidamente a proporção de pobres: em 1986 ela desceu para 28,4%. Nos anos seguintes, a escalada da inflação e a deterioração econômica, com os efeitos recessivos de sucessivos planos de estabilização econômica, elevaram de novo a taxa: 35,9 em 1987 e 39,3% em 1988, voltando ao nível de 1970[7].

Para os anos 80, é melhor seguir os dados de Sonia Rocha.

[7] Romão (1991) fornece dados totais para o país incluindo populações urbanas e rurais. Os seus dados da década de 80 foram calculados a partir das PNADs.

Calculados a partir das PNADs, eles se referem às regiões metropolitanas das várias regiões e constam da Tabela 1.

Tabela 1

Proporção de Pobres nas Regiões Metropolitanas, Anos Selecionados

Porcentagens

Regiões Metropolitanas	1981	1983	1986	1989
Belém	50.9	57.6	45.9	39.6
Fortaleza	54.0	56.2	30.1	40.7
Recife	55.6	56.6	39.9	47.2
Salvador	43.1	43.8	37.5	39.0
Belo Horizonte	31.3	44.1	26.4	27.2
Rio de Janeiro	27.2	34.7	23.2	32.5
São Paulo	22.0	34.4	16.9	20.9
Curitiba	17.4	29.6	10.5	13.5
Porto Alegre	17.9	29.7	16.3	21.0
Total	29.1	38.2	22.8	27.9

FONTE: Sonia Rocha (1991). Dados das PNADS.

NEPP/UNICAMP, 1998

Vê-se que as mudanças nas proporções de pobres de cada região metropolitana, como as taxas globais para o Brasil, seguem as flutuações das condições econômicas da década. Entretanto dois outros pontos merecem ser assinalados. Em primeiro lugar, sobressaem os níveis de pobreza extremamente altos das metrópoles do Norte e do Nordeste, contrastando com os níveis médios dos do Sudeste, e com as proporções ainda mais baixas das metrópoles do Sul. Outro ponto que se destaca é o comportamento distinto das taxas de pobreza das metrópoles nordestinas face à recessão de 1981-83. Estas taxas, já muito altas, pouco pioraram naquele período e com a recuperação econômica, por seu turno, caíram bastante. Fica-se com a impressão que a vinculação das populações pobres das cidades nordestinas aos mercados de trabalho é qualitativamente distinta da que vigora nas cidades das outras partes do país. Tema este que voltarei a tratar.

Passarei agora a analisar os dados sobre os domicílios pobres urbanos em 1989 - suas proporções, características e perfis - para o país considerado como um todo. Deixarei para a segunda parte do trabalho o exame da pobreza urbana separadamente para as suas diversas regiões.

Antes, faz-se mister dar os cortes de indigência e de pobreza. Aproveito, na Tabela 2, para colocar ao lado dos nossos dados, referentes ao conjunto das populações urbanas de cada região, as linhas de Sonia Rocha referentes às regiões metropolitanas (valores expressos em dólares).

Tabela 2
Brasil Urbano: Linhas de Indigência e de Pobreza.
Regiões Urbanas e Metrópoles, 1989

US$ Dólares Mensais Per Capta

Regiões (*)	Linhas de Indig.	Linhas de Pobreza	Metrópoles (**)	Linhas de Pobreza
Norte Centro-Oeste Urbanos	22.94	54.37		
			Belém	60.69
			Brasília	65.11
Nordeste Urbano	16.36	35.41		
			Fortaleza	36.38
			Recife	44.26
			Salvador	52.70
Sudeste Urbano	20.41	48.37		
			Belo Horizonte	
			Rio de Janeiro	
			São Paulo	
Sul Urbano	19.32	38.92		
			Curitiba	40.15
			Porto Alegre	52.01

(*) Valores das Regiões Urbanas adaptados de dados de Rocha (1991, p. 36) e do ENDEF apud Fava.

(**) Valores para as Metrópoles baseados em Rocha (1991, p.36).

O valor para Brasília foi retirado do quadro do ENDEF apud Fava (1984, p. 102). Ver Anexo Metodológico.

Essas linhas permitiram-me classificar em cada região, usando os dados de renda domiciliar per capita da PNSN de 1989, os domicílios e as pessoas, segundo os níveis de pobreza, como indigentes (I), pobres não indigentes (Pn) e não pobres NP. Não há cortes para as populações urbanas do país como um todo; os seus dados resultam das somas desses grupos (I, Pn, NP) de todas as regiões. A Tabela 3 resume alguns dados gerais sobre a situação da pobreza entre as populações urbanas do Brasil.

Tabela 3
Brasil Urbano: Distribuição dos Domicílios, Pessoas, Chefes de Domicílio Pretos e Pardos, Domicílios das Regiões N/CO - NE, e Crianças (0 a 3 anos), Segundo Níveis de Pobreza, 1989

Em Milhares

	I	Pn	NP	Total de I + Pn	Total
Domicílios	2833.0	5783.3	17070.2	8616.3	25686.5
Pessoas	14553.5	26021.0	63908.4	40574.5	104482.9
Crianças (0 a 3 anos)	2035.1	2517.4	4326.8	4552.5	8879.2
Chefes de Domicílios Pretos e Pardos	1922.9	3278.6	5203.0	5201.5	10404.5
Domicílios do Norte, Centro-Oeste e Nordeste	1525.5	2364.7	3883.5	3890.2	7773.7

Em Porcentagem

	I	Pn	NP	Total de I + Pn	Total
Domicílios	11.03	22.52	66.46	33.54	100.00
Pessoas	13.93	24.90	61.17	38.83	100.00
Crianças (0 a 3 anos)	22.92	28.35	48.73	51.27	100.00
Chefes de Domicílios Pretos e Pardos	18.48	31.51	50.01	49.99	100.00
Domicílios do Norte, Centro-Oeste e Nordeste	19.62	30.42	49.96	50.04	100.00

FONTE: PNSN, 1989

NEPP/UNICAMP, 1998

Quem são os pobres urbanos? Quais são as suas características mais notáveis? Onde se localizam?

Existem 8,6 milhões de domicílios pobres no Brasil urbano (um terço do total de domicílios, sendo que 2,8 milhões estão no nível de indigência e 5,8 milhões no de pobreza não indigente). Desses domicílios fazem parte 40,6 milhões de pessoas, quase 40 por cento do total da população urbana, fato que indica ser o tamanho médio do domicílio pobre bem maior do que a média prevalecente para o total do Brasil urbano. Além disso, vivem neles 51 por cento das crianças de 0 a 3 anos. Atentando-se para as enormes desvantagens de oportunidades que o meio econômico e social dos domicílios pobres representa (sobejamente demonstradas pela análise que se faz neste estudo), não é difícil concluir sobre a relevância dessa concentração de crianças nesses domicílios para a questão da transmissão da pobreza entre gerações, por mais favoráveis e rápidos que sejam os efeitos de políticas sociais e econômicas inovadoras.

Outros dados dessa tabela, aqueles referentes à população negra e

mestiça[8], apontam para a continuidade de estruturas e instituições desvantajosas, que, apesar do enorme crescimento econômico que ocorreu no último século, foram incapazes de contrabalançar as desigualdades com que essa população foi de início incorporada à sociedade brasileira. Os chefes negros ou pardos, que são 41 por cento do total de domicílios urbanos, somam 68 por cento dos domicílios indigentes e 57 por cento dos domicílios pobres não indigentes.

Como era de se esperar, os domicílios urbanos indigentes e pobres não indigentes localizam-se, desproporcionalmente, nas regiões de menor desenvolvimento econômico do país: no Norte, Centro-Oeste e no Nordeste. Enquanto essas regiões têm cerca de 30 por cento do total dos domicílios urbanos do país, as proporções que possuem dos domicílios indigentes e dos domicílios pobres não indigentes, são, respectivamente, 54 e 41 por cento.

Analisarei a pobreza urbana segundo as várias regiões na segunda parte deste trabalho. Não é, entretanto, fora de lugar adiantar aqui os dados da Tabela 4 sobre probabilidades de ser pobre, no Brasil urbano de 1989, segundo as regiões e metrópoles.

Tabela 4
Brasil Urbano: Proporção de Pessoas Pobres, Metrópoles (*) e Regiões Urbanas (**), 1989.

	Metrópoles	Regiões Urbanas
Belém	39.6	
N/CO Urbano		49.37
Fortaleza	40.7	
Recife	47.2	
Salvador	39.0	
Nordeste Urbano		59.11
Belo Horizonte	27.2	
Rio de Janeiro	32.5	
São Paulo	20.9	
Sudeste Urbano		31.48
Curitiba	13.5	
Porto Alegre	21.0	
Sul Urbano		25.17
Total Metrópoles	27.9	
Total Urbano		38.83

(*) Apud Sonia Rocha (1991, p.37). Dados PNAD 1989.
(**) Dados PNSN, 1989.
NEPP/UNICAMP, 1998

[8] O termo "pardo" provavelmente indica todos os cruzamentos possíveis a partir de brancos, negros e os vários grupos indígenas.

Notem-se os dois patamares de pobreza, claramente distintos, o das populações urbanas do Sul e do Sudeste, de um lado (onde as probabilidades de uma pessoa ser pobre são, respectivamente, 25 e 31 por cento) e, do outro, o das do restante do país (onde aquela probabilidade atinge 59 e 49 por cento, respectivamente, no Nordeste e no Norte/Centro-Oeste urbanos).

Os dados para as regiões metropolitanas se situam também em vários níveis (variando desde 13,5 por cento para Curitiba até 47 para Recife), consistentes com os dois patamares indicados para as regiões urbanas. Note-se, ademais, que as proporções de pobres nas metrópoles são sempre mais baixas do que as das respectivas regiões, indicando taxas muito mais altas de pobres para as áreas urbanas não metropolitanas.

Além dessas informações iniciais, os dados da Tabela 5 e do Gráfico 1 ajudam-nos a caracterizar com maior clareza quem são os pobres.

Estes dados se referem à estrutura familiar dos domicílios nos diversos níveis de pobreza, estruturas classificadas de uma forma tal que permite situar os domicílios no seu ciclo vital (sua constituição, desenvolvimento e mudanças, e envelhecimento)[9]. O quadro não deve ser

[9] Na tabela, usam-se os seguintes símbolos:
I = Homens e mulheres, jovens (-34 anos), sós;
CO = Casais jovens (-34 anos), sós;
C1 = Casais jovens (-34 anos), com filhos e outros;
C2 = Casais de 35-59 anos (média), com filhos outros;
101 = Homens ou mulheres ou casais idosos (60 ou mais anos), com filhos e outros;
102 = Homens ou mulheres ou casais idosos (60 ou mais anos), sós;
Outros = Outras estruturas familiares;
Pluri = Mais de uma família no domicílio;
M1 = Mulheres chefes jovens (-34), sem cônjuge, com filhos e outros; e
M2 = Mulheres chefes de 35 a 59 anos, sem cônjuge, com filhos e outros.
Note-se que todos os tipos de estrutura, exceto o denominado "pluri" são de domicílios com uma única família. Utilizei-me de uma classificação similar num estudo anterior em que analisei, junto com Andréia Gottschalk, a pobreza na região metropolitana de São Paulo. Naquele estudo utilizávamos como unidade a família, desmembrando os domicílios plurifamiliares. Neste trabalho a unidade é o domicílio, e os domicílios plurifamiliares são colocados como uma forma especifica de estrutura familiar, forma por si mesma interessante de ser analisada.

simplificado demasiadamente. Os domicílios pobres (neles compreendidos os indigentes) apresentam toda a gama de estruturas familiares: famílias jovens, de meia-idade ou idosas, nucleares ou incompletas. Alguns tipos de domicílio, entretanto, são encontrados no nível de pobreza com maior freqüência do que seria de se esperar. Ou, em outras palavras, domicílios com estas estruturas têm maior probabilidade de serem pobres do que a média. São eles os de casais jovens com filhos, de idosos sós (homens, mulheres ou casais), os domicílios pluri-familiares e, sobretudo, os de mulheres jovens ou de meia-idade), sem cônjuge e com filhos. (Todos estes casos estão marcados com asterisco na tabela, na última coluna). Enquanto estas formas de estruturas familiares aparecem no conjunto da população urbana em 46 por cento dos domicílios, entre as populações pobres essa proporção atinge quase 55 por cento.

Tabela 5
Brasil Urbano: Proporção de Domicílios Pobres Segundo a sua Estrutura Familiar, 1989

Estruturas Familiares (1)	Pobres	%	Domicílios Totais	%	Probabilidade de ser Pobre
I	20228	0.23	467708	1.82	4.32
CO	135293	1.57	954283	3.72	14.18
C1	2073661	24.07	5449403	21.22	38.05 (*)
C2	2688949	31.21	8472642	32.98	31.74
ID1	685243	7.95	2080910	8.10	32.93
ID2	537916	6.24	1479228	5.76	36.36 (*)
Outr	379435	4.40	1942069	7.56	19.54
Pluri	868556	10.08	2165660	8.43	40.11 (*)
M1	356965	4.14	599860	2.34	59.51 (*)
M2	870085	10.10	2074774	8.08	41.94 (*)
Total	8616311	100.00	25686537	100.00	33.54

(1) Ver nota de rodapé nº 11

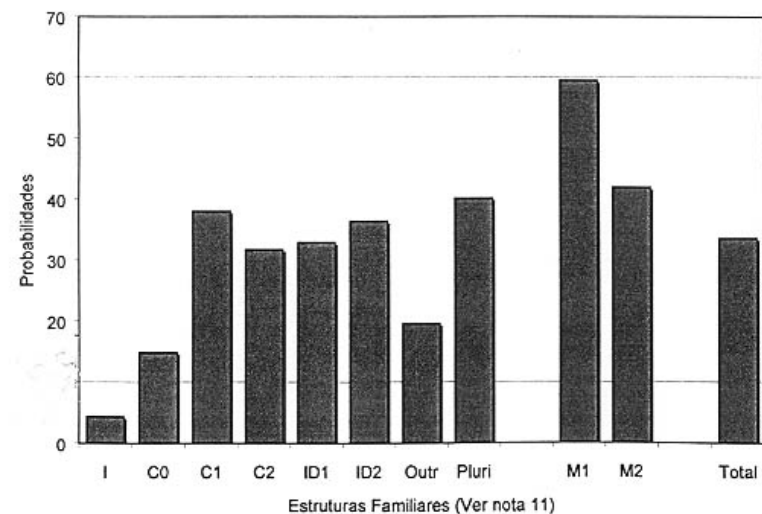
(*) Probabilidade acima da média do país

Fonte: PNSN, 1989

NEPP/UNICAMP, 1998

Os domicílios pluri-familiares merecem um comentário adicional. Examinando-os mais de perto percebe-se que numa grande proporção de casos, os chefes das famílias secundárias neles residentes têm relação de parentesco com o chefe do domicílio - são filhos (as) ou pais (mães) - , e, isoladamente, a sua família têm a estrutura dos tipos prevalecentes entre os

pobres. Por exemplo, uma filha com seus filhos morando na casa de seu pai, que é o chefe do domicílio. Assim, os domicílios pluri-familiares são formas, tradicionais ou de estratégia deliberada, de enfrentar fases da vida ou momentos, de especial dificuldade econômica. Como se constata na parte em que se examinam as diferenças regionais, a proporção de domicílios pluri-familiares, bastante distinta de uma região para outra, relaciona-se com quão acentuadas são as diferenças nas probabilidades das outras formas de família serem pobres. Deixemos, porém, a discussão disso para mais tarde.

Outros aspectos desses dados merecem também algumas observações. Examine-se especialmente o Gráfico 1, onde se registram as probabilidades de ser pobre segundo as várias estruturas familiares dos domicílios. Observe-se as proporções de pobres da seqüência CO, C1 e C2 — casais sem filhos, em seguida com filhos menores[10], e depois com filhos maiores — e note-se que a probabilidade de ser pobre cresce primeiro abruptamente, para depois decrescer.

[10] Se a média de idade dos casais do grupo C1 é até 34 anos, os seus filhos mais velhos têm, no máximo, ao redor de 12 anos.

Estas relações se verificam também nas diferentes regiões, estudadas isoladamente[11]. O fator atuante parece ser o fato de crianças representarem inicialmente, além de encargos, impedimento ao trabalho fora de casa da mulher; ao crescerem, estas crianças, realizando algum trabalho, apresentam uma renda adicional, além de 'liberarem' a mulher para o trabalho. O baixo nível educacional e de capacitação em que se encontra grande proporção da população, e sobretudo os baixíssimos salários, levam o fato de casar-se e ter filhos ser suficiente para jogar muitas famílias abaixo da linha da pobreza ou mesmo da indigência. Com o crescimento dos filhos, para uma parte delas, a situação melhora. Todas estas considerações valem com muito maior peso, para o caso das mulheres, sem cônjuge e com filhos. Não só as probabilidades de indigência e pobreza, neste caso, comparadas com as de casais no mesmo estágio da vida, são sempre mais altas, como também decrescem com o aumento da idade da mulher (os filhos ficando mais velhos e entrando no mercado de trabalho)[12].

Outra constante nos dados, seja para o país como um todo, seja para as regiões separadamente, é ser a proporção de pobres entre idosos sós mais alta do que quando ainda há filhos em casa (ID2 comparado com ID1). Fato este que está a testemunhar não serem os ganhos de aposentadoria ou pensão universais (variando a proporção de idosos que os possui de região para região), como serem em geral de níveis irrisórios. Está relacionada com este ponto, a análise que faço adiante mostrando que uma das principais diferenças entre estar abaixo da linha de pobreza ou não, é poder ou não continuar trabalhando, conseguir emprego ou não depois de aposentado, sendo sempre esta possibilidade menor para os pobres.

Examinemos, porém, agora, alguns dados selecionados e diversos.

[11] Ver também os mesmos resultados em estudo da Região Metropolitana de São Paulo (Lopes e Gottschalk, 1990).

[12] Análise de dados do Censo de 1980 para o Estado de São Paulo permitiram-nos ver o efeito da presença, nos domicílios de mulheres chefes, sem cônjuge e com filhos, de uma "outra pessoa" além dos filhos. Comparações de grupos de famílias que diferem apenas quanto a existir essa outra pessoa (geralmente uma mulher mais velha) mostram que o que acontece com a proporção de pobreza, depende da idade da chefe. A hipótese é que quando ela é jovem, a presença de alguém para cuidar de seus filhos, a libera para o trabalho, diminuindo a sua chance de cair na pobreza; quando ela é mais velha, a presença dessa outra pessoa é puro encargo, e a probabilidade de ser pobre nesse caso é mais alta.

Dados que vão desde a habitação e a sua situação sanitária, até mesmo o grau de isolamento cultural do domicílio, e que nos fazem enxergar melhor o que significa ser pobre no Brasil urbano de hoje.

Tabela 6
Brasil Urbano: Diversos Indicadores de Características Físicas do Domicílio e suas Posses, Segundo Níveis de Pobreza, 1989.

Características Selecionadas	I	Pn	NP	Total	Probab. de ser	
					Indig.	Pob. (I Pn)
1-Domicílio Rústico	7.56	3.37	0.48	1.91	43.59 (**)	83.42
2-Paredes de taipa, madeira aproveitada Ou 'outro' material	12.18	6.21	0.97	3.39	39.61 (**)	80.95
3-Cobertura de madeira aproveitada ou 'outro' material	4.01	1.05	0.32	0.89	49.67 (**)	76.26
4-Piso de terra ou de madeira aproveitada	16.65	6.09	0.99	3.87	47.42 (**)	82.95
5-Sem canalização interna de água	45.88	24.46	5.56	14.27	35.43 (**)	74.11
6-Fossa rudimentar, 'outro' esgotamento Ou não tem esgoto	68.69	49.41	20.16	32.11	23.58 (**)	58.30
7-Não tem vaso sanitário ou esse não é de cerâmica	48.72	23.72	5.30	14.24	37.70 (**)	75.28
8-Lixo não é coletado	50.72	37.77	12.81	22.62	24.72 (**)	62.39
9-Rua de terra	66.43	54.02	28.33	38.32	19.12 (*)	50.86
10-Não tem T.V.	49.37	27.92	8.78	17.57	30.97 (**)	66.81
11-Não tem telefone	97.52	95.60	66.31	76.36	14.08	42.32
12-Não tem livros	66.69	50.25	25.11	35.37	20.78 (*)	52.84
13-% chefes analfabetos	44.89	27.11	8.08	16.42	30.15 (**)	67.32

Nota: O asterisco simples indica que a porcentagem dos indigentes em cada categoria é 1.5 a 2 vezes a média para o total. O duplo asterisco indica que essa relação com a média do total é superior a 2.

Observemos os quatro primeiros itens da tabela, referentes à presença nas cidades da habitação rústica de chão de terra e de paredes e cobertura de materiais aproveitados ou de taipa, por exemplo, situações estas características dos mocambos, das várzeas e das favelas tradicionais. Notamos que se no total da população urbana as habitações rústicas apresentam-se em proporções baixas, entre os domicílios pobres, principalmente entre os de nível de indigência, a sua presença ainda é

significativa[13].

Muito mais grave é a situação indicada pelos itens 5 a 9 da mesma tabela, aqueles que aquilatam mais diretamente as más condições sanitárias da população urbana pobre. Entre os domicílios em nível de indigência, ao redor da metade não têm canalização interna de água, não têm privada e/ou vivem em casas onde não há coleta de lixo; acima de dois terços vivem em ruas sem calçamento e/ou com esgoto, que quando existente, é no máximo uma fossa rudimentar. Para os domicílios pobres não indigentes as proporções dos que caem em cada uma dessas situações extremamente degradadas, são inferiores, porém ainda altas (variando entre um quarto e metade). Não devemos, porém, nos esquecer que esses vários itens não caminham necessariamente juntos, e que basta um deles ser mau para se ter uma péssima situação sanitária como um todo[14].

Finalmente, os poucos dados constantes da parte inferior dessa tabela, permitem visualizar a estreiteza do mundo mental das populações urbanas pobres no Brasil. Dois terços dos domicílios em nível de indigência não têm livros em casa, não contando os escolares e a Bíblia; a metade não tem aparelho de televisão e a quase totalidade, aliás como de resto a grande maioria da população brasileira, não tem telefone. Junte-se a isso o fato de quase metade dos chefes desses domicílios serem analfabetos para se concluir que, em geral, o mundo dessas populações se restringe aos contatos diretos, na sua vizinhança ou no trabalho, o qual só em ser restritivos. Para os pobres não indigentes estas proporções são um pouco melhores, variando de um quarto à metade (fora o telefone, ainda quase totalmente ausente). Todas estas porcentagens, exceto de novo a do telefone, caem drasticamente entre os não pobres.

As tabelas 7, 8 e 9, que se seguem, permitem-nos a análise de quais são as características das pessoas dos domicílios, principalmente as dos seus chefes, que condicionam a situação de pobreza.

Os fatores analisados são os seguintes: a estrutura sexo-idade desfavorável do domicílio, a capacitação muita baixa de seus membros (avaliada através do baixíssimo nível educacional do chefe), o emprego numericamente insuficiente face o tamanho do domicílio, bem como indicadores da qualidade mesma dos empregos conseguidos (instáveis, sem garantias e de muito má remuneração).

O sentido principal das informações sobre a estrutura de idades pode ser resumido pelo indicador que figura na base da Tabela 7: o número de pessoas em idade normalmente não produtiva (0 a 17 anos e 60 anos e mais) por pessoa em idade produtiva (18 a 59 anos). Este indicador — condicionante básico do índice de dependência comumente usado pelos economistas — é de 1,64 e 1,19 pessoas, para os domicílios indigentes e pobres não indigentes, respectivamente, comparado com 0,71 para os não pobres. Os diferenciais na proporção de mulheres chefes de domicílio, segundo os níveis de pobreza, é outro aspecto das desvantagens embutidas na estrutura sexo-idade dos domicílios. Note-se que estes diferenciais seriam ainda maiores, não fosse o fato de muitas das mulheres chefes de família estarem em domicílios plurifamiliares. Exploraremos mais as implicações desse último fato, quando examinarmos as diferenças regionais.

[13] Em grandes metrópoles como São Paulo, como revelou o último censo de favelas, metade das casas das mesmas é hoje feita de blocos de concreto, material que a industrialização tornou barato.
[14] Esta é a idéia fundamental atrás do indicador de satisfação de necessidades básicas que foi utilizado neste trabalho. Ver adiante.

Tabela 7

Vários Indicadores da Composição Etária e Por Sexo dos Membros do Domicílio, Segundo Níveis de Pobreza, 1989.

Indicadores	Níveis de Pobreza				Probabilidade de ser	
	I	Pn	NP	Total	Indigente	Pobre (i e PN)
Distribuição Etária						
(1) 0 – 9	35.87	25.94	18.30	22.69	22.21 (*)	50.90
(2) 10 – 17	20.86	20.65	14.93	17.20	17.04	47.16
(3) 18 – 59	37.95	45.66	58.42	52.34	10.19	32.07
(4) 60 +	5.33	7.75	8.35	7.77	9.63	34.63
Médias de Pessoas Por Domicílio						
(1) 0 – 9	1.841	1.165	0.675	0.914	-	-
(2) 10 – 17	1.071	0.927	0.551	0.693	-	-
(3) 18 – 59	1.948	2.050	2.155	2.109	-	-
(4) 60 +	0.273	0.348	0.308	0.313	-	-
Total	5.137	4.499	3.744	4.068	-	-
Porcentagem de Chefes Mulheres	30.25	23.99	18.95	21.33	15.64	40.96
Pessoas em Idade Não Produtiva Por Pessoa em Idade Produtiva (**)	1.64	1.19	0.71	0.91	-	-

(*) Ver nota da Tabela 6

(**) [(1) + (2) + (4)] / (3)

FONTE: PNSN, 1989

NEPP/UNICAMP, 1998

Grandes proporções dos chefes de domicílios indigentes e pobres não indigentes — mais de dois terços dos primeiros e mais da metade dos últimos — ou são analfabetos ou têm uma base escolar extremamente precária (no máximo concluíram três séries escolares).

Tabela 8

Brasil Urbano: Características do Chefe do Domicílio, Segundo Níveis de Pobreza, 1989

Características dos Chefes	Nível de Pobreza				Probabilidade de Ser	
	I	Pn	NP	Total	Indig.	Pobre (I e Pn)
% Chefes Analfabetos	44.89	27.11	8.08	16.42	30.15 (**)	67.32
Séries Concluídas						
0 a 3	68.40	51.95	25.71	36.42	20.97 (*)	53.28
4 a 8	29.25	41.91	44.14	41.98	7.78	30.40
+ de 8	2.35	6.14	30.15	21.60	1.22	7.65
% Chefes Mulheres	30.25	23.99	18.95	21.33	15.64	40.96
% Chefes Ocupados	66.13	77.34	81.81	79.07	9.22	31.25
Posição na Ocupação						
Empregado	54.06	64.00	62.55	62.08	8.03	30.74
Ocupação Agrícola (1)	10.70	5.08	1.00	2.79	35.37 (**)	75.45
Conta Própria	33.70	27.99	28.29	28.72	10.82	32.30
Empregador	1.24	2.59	7.93	6.14	1.87	11.18
Não Remunerado	0.30	0.34	0.24	0.27	10.32	38.24
% Chefes 40 anos + que recebem						
Aposentadoria ou pensão	34.41	39.50	43.15	41.40		
% Chefes c/ ocup. " Pobres" (2)	43.39	44.51	22.95	30.06	15.92 (*)	49.26
% Chefes Empregados sem	53.22	31.97	20.69	26.26	18.26 (**)	46.79
Carteira Assinada	53.22	31.97	20.69		14.55 (*)	40.75
% Chefes Conta Própria,						
Empregador e Não Remunerado						
Não Contribuinte	85.22	73.24	45.03	54.22	14.55 (*)	40.75
% Chefe que procurou trabalho						
Nas últimas 4 semanas	16.69	8.63	4.80	6.97	26.39 (**)	54.26
Nos últimos 12 meses (3)	9.26	14.10	6.70	8.65	11.81	48.52
Não procurou	74.05	77.27	88.50	84.38	9.68	30.30

(1) Parceiro empregado, trabalhador agrícola e Parceiro Conta Própria

(2) Ver Anexo Metodológico

(3) Exclusive das últimas 4 semanas

(*) e (**) Ver nota da Tabela 6

FONTE: PNSN 1989

NEPP/UNICAMP 1998

O fato de também dois em cada três dos chefes indigentes e 57 por cento dos chefes pobres não indigentes, serem pretos ou pardos mostra como desvantagens no passado junto com situações discriminatórias no presente) marcam o peso da transmissão inter-generacional da pobreza (como consta da Tabela 3).

A Tabela 8 traz-nos dados sobre o emprego dos chefes de domicílio pobres e a sua 'qualidade'. O principal fato a ser destacado sobre a posição na ocupação é a alta proporção de 'ocupações agrícolas' (trabalhador na agricultura, parceiro empregado e parceiro conta própria) entre os chefes pobres (mais de 10 por cento entre os indigentes e mais de 5 entre os outros pobres). Como veremos na Segunda Parte, estas porcentagens, altas para populações urbanas, devem-se principalmente às regiões de maior desenvolvimento econômico. Nelas a modernização agrícola nas últimas décadas significou a expulsão das formas tradicionais de lavradores, estabelecidos nas propriedades, e a sua substituição por 'bóias-frias', proletários agrícolas, volantes que moram nas periferias das cidades nas zonas de grande lavoura. Com trabalho instável, às vezes sazonal, 'bóias-frias', junto com outros lavradores, chegam a representar um em cada dez dos chefes de domicílio indigentes das cidades do país. Igualmente significativas são as proporções altas de ocupações de chefes que podem ser caracterizadas como ‘pobres’, ou seja tipicamente de baixa remuneração (acima de dois quintos para os dois níveis de pobreza comparados com um quinto para os não pobres). Outros indicadores da mesma tabela apontam também para a extrema precariedade e falta de garantias e segurança do trabalho dos chefes de domicílios pobres. Um em cada dois dos chefes indigentes que são empregados não têm carteira assinada (para os pobres não indigentes, quase um em cada três); são ainda cinco em cada seis os chefes indigentes que trabalham por conta própria[15] não contribuindo para qualquer sistema de previdência (para os pobres não indigentes essa proporção é de quase três em cada quatro) — em todos os casos, como se pode observar, as proporções correspondentes para o total dos chefes de domicílio na população são muito menores. Tomo a informação sobre a procura de emprego como sinal de instabilidade ou precariedade do trabalho. Um em cada quatro dos chefes indigentes e bem mais de um em cada cinco dos pobres não indigentes confirmaram ter procurado trabalho nos últimos 12 meses (a proporção dos não pobres é de um em cada nove)[16].

[15] A estatística é calculada para trabalhadores por conta própria juntos com "empregadores e não remunerados", no entanto, estes últimos representam muito pouco do total, no caso dos pobres, indigentes ou não.

Considerando-se as estatísticas para o conjunto de moradores do domicílio, constantes da Tabela 9, são esclarecidos alguns outros aspectos da situação de trabalho e de renda dos setores pobres da população. A estrutura demográfica desfavorável dos domicílios pobres, particularmente dos indigentes, somada à falta de emprego e à baixa qualificação de seus membros, resultam, com alta freqüência, em enormes encargos para as pessoas que neles trabalham. Nos indigentes, mais de três quartos ou não têm pessoas ocupadas ou têm uma relação de três ou mais pessoas por pessoa ocupada; nos domicílios pobres não indigentes essas situações valem para bem mais de um domicílio em cada dois, enquanto nos domicílios não pobres valem para cerca de um domicílio em cada três.

Aqui, de passagem, vai uma palavra de cautela. As altas proporções de domicílios com zero ocupados e de membros desempregados, entre as populações pobres, apontam, como já foi mencionado, para a necessidade de distinguir nessas populações, situações de pobreza perene ou crônica de outras situações, de pobreza mais recente. Esta pobreza é resultante dos períodos mais freqüentes de desemprego, com a recessão, e/ou da perda de poder aquisitivo dos salários e dos proventos de aposentadoria e de pensão, com as altíssimas taxas de inflação. Condições essas derivadas do prolongado período de recessão, do baixo crescimento e da estagnação econômica, além da deterioração das finanças estatais, por que passa o país desde o início dos anos 80. Como base para o que se afirma, veja-se nessa tabela as médias altas de desempregados por domicílio entre os membros dos domicílios pobres[17], como também as proporções altas, entre eles, de domicílios que 'só têm outras rendas', não provenientes do trabalho. Que estas outras rendas são muito baixas é indicado pelo próprio fato do domicílio estar classificado como pobre, indigente ou não. Veja-se também

[16] Aqui só consideramos o ato mesmo de procura de trabalho, sem nos preocuparmos se o informante estava ou não desempregado ou se achou ou não o trabalho procurado. Adiante trazemos informações sobre o desemprego entre todos os moradores do domicílio. Quanto aos chefes indigentes, apenas dois em cada três deles estavam trabalhando (três em cada quatro, para os chefes pobres não indigentes), os demais estando desempregados ou inativos.

[17] O dado sobre a média de desempregados por domicílio é revelador: o valor para os domicílios pobres indigentes é quase três vezes e meia (e o para os pobres não indigentes bem mais de duas vezes) a média para os domicílios não pobres.

a distribuição dos domicílios segundo a condição de atividade dos seus membros, nas suas várias combinações: por exemplo, 27 e 20 por cento, respectivamente, dos domicílios indigentes e dos pobres não indigentes têm pelo menos um desempregado.

Tabela 9

Características do Trabalho e Renda dos Membros dos Domicílios, Segundo Níveis de Pobreza, 1989.

Distribuição dos Domicílios	Nível de Pobreza				Probabilidade de ser	
	I	Pn	NP	Total	Indigente	Pobre (I Pn)
Segundo o Número de Pessoas por Ocupado:						
0 Ocupados	16.71	10.34	6.58	8.55	21.56 (*)	48.81
Até 3 Pessoas	21.84	43.64	66.42	56.37	4.27	21.70
3 e mais Pessoas	61.45	46.01	27.00	35.08	19.32 (*)	48.85
Segundo o Tipo de Renda Das Pessoas do Domicílio:						
Só Renda Trabalho	56.67	49.77	40.38	44.27	13.99	39.25
Só "Outras" (1) Rendas	20.72	10.69	6.93	9.28	24.41 (**)	50.28
Renda Trabalho e Outras	22.61	39.54	52.69	46.45	5.32	24.45
Segundo a Condição de Atividade das Pessoas do Domicílio						
Só Inativos	11.97	9.09	6.14	7.45		
Um ou + Desempregados	27.21	20.46	9.52	13.93		
Ocupados e Inativos	51.49	58.89	55.27	55.67		
Só Ocupados	9.33	11.56	29.07	22.95		
Médias por Domicílio						
Ocupados	1.285	1.624	1.804	1.706	-	-
Desempregados	0.365	0.234	0.104	0.162	-	-
Inativos	1.642	1.465	1.101	1.243	-	-
Total	3.292	3.322	3.010	3.111	-	-
Média de Pessoas por Ocupado	3.998	2.771	2.075	2.384	-	-
Média de Pessoas por Pessoas na PEA	3.114	2.422	1.962	2.177	-	-

(1) Aposentadoria, pensão, abono permanência, aluguel e outras

(*) e (**) Ver Nota da Tabela 6

FONTE: PNSN, 1989

NEPP/UNICAMP 1998.

Tento, agora, no final desta parte, discutir baseado em alguns outros dados essa questão da separação de componentes da pobreza. Da existência de uma pobreza estrutural ou perene, distinta de uma pobreza mais recente, talvez transitória ou conjuntural (o que só outros estudos e o tempo poderão confirmar). Em seguida, examino a variação da dimensão desses componentes nas várias regiões do país.

Como já dito anteriormente, o método usado para abordar essa questão foi cruzar os níveis de pobreza dos domicílios (Indigentes, Pobres Não Indigentes e Não Pobres), com a sua posição segundo têm ou não as suas necessidades básicas satisfeitas (NBI, quando não as têm, e NBS, quando as têm). O indicador utilizado de necessidades básicas insatisfeitas foi, como já foi dito, uma combinação de seis variáveis, quatro das quais se referem a condições sanitárias da habitação, uma à relação entre casa e os seus moradores (número de pessoas por dormitório) e uma mais propriamente social, qual seja a presença ou não de crianças em idade escolar (7 a 11 anos) fora da escola. Se apenas uma das variáveis indica uma situação má, o domicílio é já considerado como tendo necessidades básicas insatisfeitas (NBI); os demais domicílios são considerados com necessidades básicas satisfeitas (NBS)[18].

Com isso dividimos os domicílios em 6 caselas. A comparação de algumas características selecionadas dos chefes destes seis conjuntos de domicílios permite avançar na discussão dos componentes da pobreza.

Apresentemos, primeiro, os dados (Tabela 10). Nota-se que o indicador NBI/NBS, no caso de todas as características da Renda Domiciliar per capita (Indigentes, Pobres Não Indigentes e Não Pobres).

Assim, os sub-grupos NBS, em cada nível de pobreza e não pobreza, têm menor proporção de chefes analfabetos ou de pretos ou pardos, e maior proporção de chefes mulheres ou de chefes com escolaridade superior a três séries concluídas. Em suma, esses domicílios com necessidades básicas satisfeitas, quando comparados com aqueles com necessidades insatisfeitas, no mesmo nível de pobreza contudo, possuem chefes com menor handicap (como é indicado por exemplo pela menor proporção de pretos e pardos) e

[18] Ver mais informações sobre o indicador de necessidades básicas insatisfeitas no "Anexo Metodológico".

melhor preparados para o trabalho[19].

Por outro lado, os trabalhos que esse grupo de chefes fazem são menos instáveis e têm mais garantias sociais. Esse fato é indicado, de uma forma consistente, pelas menores proporções entre eles, de ocupações

Tabela 10

Brasil Urbano: Características selecionadas dos Domicílios e dos seus Chefes, segundo cruzamento de Níveis de Pobreza comIndicador de Insatisfação de Necessidades Básicas (1), 1989.

Características Selecionadas	Indicador de Necessidades Básicas	Nível de Pobreza			
		I	Pn	NP	Total
Características dos Domicílios					
Número de Domicílios	NBI	1503.0	1707.7	1624.9	4835.6
(milhares)	NBS	1324.2	4069.0	15394.7	20787.9
% de Domicílios em	NBI	5.87	6.67	6.34	18.87
Cada Casela	NBS	5.17	15.88	60.08	81.13
% de Domicílios com	NBI	14.42	8.07	3.01	8.34
0 Ocupados	NBS	19.10	11.16	6.93	8.53
Características dos Chefes					
% Chefes Analfabetos	NBI	54.40	35.16	16.56	34.89
	NBS	34.04	23.72	7.19	12.14
% Chefe Mulheres	NBI	29.92	23.51	13.75	22.22
	NBS	30.71	24.07	19.45	21.07
% Chefes Pretos ou Pardos	NBI	79.33	67.97	51.25	65.88
	NBS	54.92	51.94	28.28	34.61
% Chefes Empregados	NBI	61.99	37.02	26.33	39.74
Sem Carteira Assinada	NBS	40.63	29.57	20.07	22.92
% Chefes Conta Própria,					
Empregador e Não Remunerados	NBI	88.22	90.74	82.10	86.70
Não Contribuintes	NBS	81.65	65.65	41.12	47.24
% Chefes com Ocupações	NBI	12.92	7.04	3.40	7.32
Agrícolas (2)	NBS	7.71	4.17	0.72	1.71
% Chefes que procuraram	NBI	28.59	30.10	17.03	25.24
Trabalho últ. 12 meses (3)	NBS	22.87	19.59	10.92	13.38
% Chefes com 4 ou mais	NBI	21.40	41.79	64.52	43.03
Séries concluídas	NBS	43.13	50.63	75.29	68.34

(1) Sobre o indicador de satisfação de necessidades básicas, ver o texto.

(2) Parceiro empregado, trabalhador agrícola e parceiro conta própria.

(16) O dado sobre a média de desempregados por domicílio é revelador: o valor para os domicílios pobres indigentes é quase três vezes e meia (e o para os pobres não indigentes bem mais de duas vezes) a média para os domicílios não pobres.

(17) Ver mais informações sobre o indicador de necessidades básicas insatisfeitas no "Anexo Metodológico".

(3) Inclusive os que procuraram emprego nas últimas 4 semanas.

FONTE: PNSN, 1989.

NEPP/UNICAMP, 1998.

[19] O dado de interpretação mais difícil é o da maior proporção de chefes mulheres. Note-se, no entanto, que nos dois níveis de pobreza as diferenças para mais, do lado dos domicílios com necessidades satisfeitas, são muito pequenas. A proporção de chefes mulheres é substancialmente maior no caso dos não pobres.

agrícolas, de empregados sem carteira de trabalho, de ocupações por conta própria sem a contribuição para sistemas de previdência, como também de chefes que no último ano tenham procurado trabalho.

Finalmente, — e esse fato deve ser relacionado com os anteriores — entre os domicílios que têm necessidades básicas satisfeitas, comparados aos outros do mesmo nível de pobreza, existem proporções sensivelmente superiores de domicílios com nenhum ocupado. Tudo aponta para o fato de que o indicador de necessidades básicas separa, em cada nível de pobreza, aqueles domicílios cuja situação de indigência ou de pobreza é mais duradoura, crônica (estrutural), daqueles em que ela decorre de condições economicamente difíceis, mas recentes ou talvez passageiras.

Podemos, assim, usá-lo, numa primeira aproximação, para destacar componentes distintos da pobreza. O cruzamento de domicílios pobres e não pobres com o indicador de satisfação de necessidades básicas resulta em quatro situações, que juntamente com a indicação de suas dimensões para o Brasil urbano, são as seguintes[20]:

Pobres estruturais — Famílias abaixo da linha de pobreza e com necessidades básicas insatisfeitas: 3,21 milhões de domicílios ou 12,53 % do total;

Pobres mais recentes — Famílias abaixo da linha de pobreza e com necessidades básicas satisfeitas: 5,39 milhões de domicílios ou 21,05 % do total;

[20] Não se deve dar demasiada importância às denominações dos componentes da pobreza. Estes nomes deveriam resultar de um conhecimento mais completo da natureza dos vários componentes, conhecimento que ainda não temos. As denominações usadas no texto inspiram-se, em parte, no estudo de Filgueiras (1991). Note-se, ainda, que na presente análise, ignoro a distinção entre indigência e pobreza não indigente, pois o tamanho da amostra da PNSN com que estou trabalhando, torna tal refinamento pouco confiável. São necessárias algumas observações adicionais sobre a questão do dimensionamento dos componentes da pobreza. É claro que essas dimensões dependem da especificação mesma das variáveis que entram no indicador de necessidades básicas. Entre as estudadas pela PNSN, eu me restringi àquelas variáveis que me pareciam indisputáveis, na situação brasileira, como estando se referindo a necessidades básicas. É claro que assim eu estava quase me restringindo ao mínimo dos mínimos. Resultarão, portanto, dimensões do componente de "pobreza estrutural" maiores (e também da "pobreza por NBI"), com qualquer concepção mais abrangente de necessidades básicas.

Pobres por NBI — Famílias acima da linha de pobreza e com necessidades básicas insatisfeitas: 1,62 milhões de domicílios ou 6,34 % do total;

Não pobres *stricto sensu* — Famílias acima da linha de pobreza e com necessidades básicas satisfeitas: 15,39 milhões de domicílios ou 60,08 % do total.

Na segunda parte deste trabalho, passo a estudar as diferenças regionais da pobreza. Começarei essa análise apresentando dados sobre essas diferentes situações de pobreza aqui identificadas, nas várias regiões brasileiras.

Segunda parte

O estudo das diferenças regionais, como já dissemos, não visa apenas repetir a análise feita para o Brasil urbano, para as populações urbanas das suas várias regiões. O principal objetivo, é sim, procurar detectar diferenças qualitativas na pobreza das partes mais pobres do país vis-à-vis as mais adiantadas, particularmente quanto à forma de vinculação dos pobres com o mercado de trabalho.

Na maior parte desta análise, utilizarei os cortes usuais de indigência e de pobreza não indigente. Antes, porém, é bom começar por um exame das diferenças regionais nas proporções de pobreza estrutural, pobreza mais recente e pobreza por NBI. Procuro com isso destacar, desde o início, a diferença de qualidade da situação social das duas partes do país.

Os dados pertinentes para esse estudo constam da Tabela 11. O seu exame permite ver com clareza a situação social muito pior e mais dramática das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, quando comparadas com a do Sudeste e Sul do país. Esses dados servem também para justificar o recurso freqüente de que lanço mão nessas análises regionais, qual seja o de agrupar os dados do Norte/Centro-Oeste/Nordeste, de um lado, e do Sudeste/Sul, do outro.

Tabela 11
Proporção de Domicílios segundo Situações de Pobreza(*),
Regiões Urbanas, 1989

Regiões Urbanas	Domicílios Seg. Situações de Pobreza: Estrutural	Mais Recente	Pob. Por NBI	Não Pobres Scricto Sensu	Total
Norte e Centro/Oeste					
N (Milhares)	547.1	639.5	203.9	1313.8	2704.3
%	20.23	23.65	7.54	48.58	100.00
Nordeste					
N (Milhares)	1230.5	1463.2	317.8	2019.9	5031.2
%	24.45	29.08	6.32	40.15	100.00
Sudeste					
N (Milhares)	1167.6	2678.1	921.2	9169.7	13936.5
%	8.38	19.22	6.61	65.80	100.00
Sul					
N (Milhares)	265.8	612.3	181.9	2891.4	3951.4
%	6.73	15.50	4.60	73.17	100.00
Brasil					
N (Milhares)	3210.7	5393.1	1624.9	15394.7	25623.4
%	12.53	21.05	6.34	60.08	100.00

Ver texto

FONTE: PNSN 1989

NEPP/UNICAMP 1998.

Vê-se, assim, que não só as proporções de pobres (indigentes e não indigentes) dessas duas partes do país estão em patamares distintos (como vimos na Tabela 4), mas a própria separação dos pobres em dois componentes - um de pobreza estrutural e outro de pobreza mais recente - dá-se em proporções inteiramente distintas nessas duas partes. A relação da pobreza estrutural com a mais recente é 0.86 e 0.84 no Norte/Centro-Oeste e no Nordeste, respectivamente, e 0.44 e 0.43 no Sudeste e no Sul. Também a pobreza por NBI apresenta proporções bem distintas em relação aos não pobres (segundo os dois critérios) nessas duas partes do país: os números correspondentes são agora 0.16, para as duas regiões mais pobres, e 0,10 e 0,06 para o Sudeste e o Sul[21].

A suposição, está claro, é que o componente estrutural da pobreza seja menos mutável do que o conjunto de famílias pobres. Hipótese esta que requer comparações de vários momentos no tempo, e que talvez só possa ser demonstrada a contento através de estudos longitudinais.

De qualquer modo, é difícil escapar-se da impressão de estar a situação social das populações urbanas do Nordeste, do Norte e do vasto interior central do Brasil, num patamar de gravidade, qualitativamente distinto da situação urbana do Sul e do Sudeste.

Voltemos agora para a análise segundo as linhas usuais de indigência e de pobreza não indigente, iniciando, como foi feito para o conjunto do Brasil urbano, com alguns dados gerais.

Esses dados são apresentados separadamente para as duas partes do Brasil urbano nas Tabelas 12 e 13[22].

---

[21] É claro que a oferta regional de equipamentos urbanos (água, esgoto, vagas na escola), pelo poder público, afeta bastante as variáveis que entram no indicador de necessidades básicas insatisfeitas que foi usado. É claro também que esta oferta diferenciada é um dos fatores responsáveis pelas diferenças, entre as regiões, nas relações entre a pobreza crônica e a recente. Entretanto, tudo isto dito, permanece a importância das diferenças constatadas para a caracterização da pobreza.

[22] Para facilidade de expressão, eu me referirei a estas duas partes, às vezes, como Grande Região Centro-Norte (GRCN) e Grande Região Sul (GRS) e, às vezes, usando expressões que se refiram ao relativo atraso econômico da primeira grande região em relação à segunda ("Brasil mais atrasado", "parte mais atrasada do país..."), já que essa é principal dimensão segundo a qual as duas partes diferem entre si.

Tabela 12

Distribuição Percentual de Domicílios, Pessoas, Crianças e de Chefes Pretos e Pardos, Segundo Níveis de Pobreza, Grande Região Centro-Oeste (GRCN), 1989

Norte/Centro-Oeste	Níveis de Pobreza			P		Total
	I	Pn	NP	I + Pn	%	(milhares)
Domicílios	13.43	30.17	56.40	43.60	100.00	2725.4
Pessoas	16.24	33.13	50.63	49.37	100.00	12222.8
Crianças 0 - 3 anos	22.98	34.31	42.72	57.28	100.00	1206.3
Chefes Pretos e Pardos	16.11	35.03	48.86	51.14	100.00	1651.9
Nordeste	Níveis de Pobreza			P		Total
	I	Pn	NP	I + Pn	%	(milhares)
Domicílios	22.97	30.55	46.48	53.52	100.00	5048.3
Pessoas	29.43	29.68	40.89	59.11	100.00	23307.1
Crianças 0 - 3 anos	40.81	27.55	31.64	68.36	100.00	2203.2
Chefes Pretos e Pardos	25.83	32.02	42.14	57.86	100.00	3853.6
GRCN: Norte/	Níveis de Pobreza			P		Total
Centro-Oeste/Nordeste	I	Pn	NP	I + Pn	%	(milhares)
Domicílios	19.62	30.42	49.96	50.04	100.00	7773.7
Pessoas	24.89	30.87	44.24	55.76	100.00	35529.9
Crianças 0 - 3 anos	34.50	29.94	35.56	64.44	100.00	3409.5
Chefes Pretos e Pardos	22.92	32.92	44.16	55.84	100.00	5505.6

FONTE: PNSN, 1989.

NEPP/UNICAMP, 1998.

Estes dados não necessitam muitos comentários. Servem para balizar as análises que se seguem. Basta por ora assinalar alguns poucos pontos. Em particular, as informações mais graves são que quase duas de cada três crianças urbanas da vasta Grande Região Centro-Norte (regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste), são pobres e que cerca de um em cada cinco domicílios, é indigente (as estatísticas correspondentes para as regiões Sudeste e Sul são pouco mais de duas em cinco crianças urbanas são pobres e apenas um domicílio em cada 14 é indigente, respectivamente).

Na grande região mais atrasada do país, tendo menos de um terço dos domicílios urbanos totais do país e 54 por cento dos domicílios indigentes, estão 58 por cento ou seja quase três de cada cinco crianças indigentes de Brasil urbano.

Outro dado importante, que decorre dessa distribuição desigual de domicílios e pessoas, nos vários níveis de pobreza, pelas duas grandes regiões, diz respeito ao tamanho dos domicílios. A Grande Região Centro-Norte, como seria de se esperar, possui domicílios sensivelmente maiores do que a Grande Região Sul: de 4,6 pessoas comparadas com 3.8. Esta diferença está relacionada tanto à fertilidade mais alta naquela região, como

também à maior proporção nela existente de domicílios com mais de uma família. Entretanto, ao analisarmos o tamanho do domicílio segundo diferentes níveis de pobreza, encontramos um fato não tão óbvio. Verificamos que a principal diferença está nos domicílios pobres das duas grandes regiões, particularmente nos indigentes (para os quais se verifica uma diferença de quase uma pessoa e meia, pois os tamanhos médios dos domicílios para as duas grandes regiões são 5,8 e 4,4), enquanto a diferença para os não pobres é pequena (4,0 e 3,7 respectivamente). Para os nossos objetivos, deve-se salientar, mais do que a uniformização que se verifica nesse aspecto nas camadas mais altas do país, o que isso pode significar em termos de diferenças qualitativas na pobreza e na indigência entre as duas partes do Brasil. Não só as proporções de pobres e de indigentes no Brasil atrasado são muito mais altas, mas o que significa ser pobre ou ser indigente, num e noutro Brasil é muito diferente.

Tabela 13

Distribuição Percentual de Domicílios, Pessoas, Crianças e de Chefes Pretos e Pardos, Segundo Níveis de Pobreza, Grande Região Sul (GRS), 1989.

Sudeste	Níveis de Pobreza			P		Total
	I	Pn	NP	I + Pn	%	(milhares)
Domicílios	7.49	20.07	72.43	27.57	100.00	13949.6
Pessoas	8.41	23.07	68.52	31.48	100.00	53988.6
Crianças 0 - 3 anos	16.87	28.82	54.30	45.70	100.00	4259.8
Chefes Pretos e Pardos	13.42	30.76	55.81	44.19	100.00	4380.0
Sul	**Níveis de Pobreza**			**P**		**Total**
	I	Pn	NP	I + Pn	%	(milhares)
Domicílios	6.61	15.60	77.78	22.22	100.00	3963.2
Pessoas	7.81	17.36	74.83	25.17	100.00	14964.4
Crianças 0 - 3 anos	11.56	22.21	66.22	33.78	100.00	1209.9
Chefes Pretos e Pardos	14.13	22.83	63.04	36.96	100.00	519.0
GRS: Sudeste/Sul	**Níveis de Pobreza**			**P**		**Total**
	I	Pn	NP	I + Pn	%	(milhares)
Domicílios	7.30	19.09	73.62	26.38	100.00	17912.8
Pessoas	8.28	21.83	69.89	30.11	100.00	68953.0
Crianças 0 - 3 anos	15.70	27.36	56.94	43.06	100.00	5469.7
Chefes Pretos e Pardos	13.50	29.92	56.58	43.42	100.00	4898.9

FONTE: PNSN, 1989.

NEPP/UNICAMP, 1998.

Passo, agora, à análise da estrutura familiar dos domicílios na sua relação com a pobreza, nas duas grandes regiões (Tabela 14).

Os dados da Tabela 14 revelam a composição dos domicílios pobres urbanos segundo a sua estrutura familiar. Nas duas grandes regiões a maioria, cerca de 52 e 58 por cento na Grande Região Centro-Norte e na Grande Região Sul respectivamente, é constituída de famílias de casais, jovens e de meia-idade, com os seus filhos, incluindo às vezes alguma outra pessoa.

Tabela 14

Estrutura Familiar dos Domicílios, Grandes Regiões do Brasil (GRCN e GRS), 1989

GRCN: Norte, Centro-Oeste e Nordeste

Estruturas Familiares (1)	Domicílios				Probabilidade De ser Pobre
	Pobres	%	Total	%	
I	14554	0.37	167977	2.16	8.66
CO	65362	1.68	287081	3.69	22.77
C1	889109	22.86	1698828	21.85	52.34 (*)
C2	1141055	29.33	2283473	29.37	49.97
ID1	395570	10.17	742423	9.55	53.28 (*)
ID2	263756	6.78	443762	5.71	59.44 (*)
Outr	138706	3.57	475143	6.11	29.19
Pluri	448935	11.54	786705	10.12	57.07
M1	141868	3.65	235385	3.03	60.27 (*)
M2	391283	10.06	652928	8.40	59.93 (*)
Total	3890198	100.00	7773705	100.00	50.04

GRS: Sudeste e Sul

Estruturas Familiares (1)	Domicílios				Probabilidade De ser Pobre
	Pobres	%	Total	%	
I	5674	0.12	299731	1.67	1.89
CO	69931	1.48	667202	3.72	10.48
C1	1184552	25.06	3750575	20.94	31.58 (*)
C2	1547894	32.75	6189169	34.55	25.01
ID1	289673	6.13	1338487	7.47	21.64
ID2	274160	5.80	1035466	5.78	26.48 (*)
Outr	240729	5.09	1466926	8.19	16.41
Pluri	419621	8.88	1378955	7.70	30.43 (*)
M1	215097	4.55	364475	2.03	59.02 (*)
M2	478802	10.13	1421846	7.94	33.67 (*)
Total	4726133	100.00	17912832	100.00	26.38

(1): Ver nota de rodapé nº 11

FONTE: PNSN, 1989

NEPP/UNICAMP, 1998

Comparando-se nas duas grandes regiões a proporção de cada tipo de estrutura entre os pobres urbanos, é marcante outra diferença. Para caracterizá-la, chamemos a atenção para dois fatos, aparentemente não relacionados. O primeiro é a bem maior porcentagem de domicílios pluri-familiares e de famílias idosas em que permanecem ainda filhos adultos, existente nas populações pobres urbanas da região mais atrasada do país (a Centro-Norte). Aí estes casos constituem 22 por cento dos domicílios pobres urbanos, comparados com 15 por cento na Grande Região Sul. O outro fato é a proporção sensivelmente maior entre os pobres urbanos do Sudeste e Sul, de famílias de mulheres jovens, sem cônjuge, com filhos menores.

Note-se, primeiro, que os dois tipos de estrutura familiar que são, proporcionalmente, mais freqüentes entre os pobres urbanos na grande região mais atrasada do país, são, na realidade, variantes de uma mesma situação. Aquela que junta no mesmo domicílio pessoas de duas gerações, filhos ou filhas adultas, com os seus pais (um deles ou o casal). Quando estes filhos(as) adultos não têm, por sua vez, filhos consigo, temos o caso do tipo ID1; quando os têm, dá-se o caso dos domicílios pluri-familiares[23]. Este fato, por conseguinte, relaciona-se com a menor proporção entre os pobres da grande região atrasada, do que no Sudeste e Sul, de mulheres jovens, sem cônjuge e com filhos (caso que na Grande Região Centro-Norte estaria, com bastante freqüência, dentro das unidades familiares compostas do tipo ID1 e em domicílios pluri-familiares)[24]. Note-se, finalmente, que desta maneira, nas unidades familiares compostas, seja pela permanência de padrões tradicionais ou por uma estratégia deliberada de sobrevivência, procura-se socializar condições de vida, proteger contra o desemprego e contra dificuldades especiais advindas da idade avançada de membros da família. Examinando-se as probabilidades de ser pobre (Gráfico 2), pode-se perceber como existem diferenciais mais pronunciados na Grande Região Sul do que na Centro-Norte (note-se por exemplo a curva formada pela

---

[23] Um exame dos domicílios plurifamiliares mostrou que os casos mais freqüentes são aqueles em que o(a) chefe(a) da família secundária é filho(a) ou pai do chefe do domicílio (chefe da família principal).

[24] Uma observação: O tamanho médio maior do domicílio pobre urbano na Grande Região Centro Norte, assinalado acima, deve relacionar-se com a maior prevalência nessa região dessas unidades compostas.

seqüência de probabilidades dos tipos C1, C2, 101 e 102, ou pelo par M1 e M2). Isso deve resultar, em parte, da já mencionada maior proporção de domicílios pluri-familiares entre os pobres urbanos da região atrasada. Se as famílias componentes fossem consideradas separadamente, acentuar-se-iam as probabilidades de ser pobre dos tipos C1 e M1 (casais e mulheres sem cônjuge, nos dois casos jovens e com filhos pequenos). A Tabela 15 fornece-nos dados para os diferentes níveis de pobreza, sobre as duas grandes regiões, dados esses referentes a algumas características físicas e sanitárias das habitações, bem como a presença de livros e a posse de aparelho de televisão no domicílio.

Sem analisá-las em detalhe, apontemos apenas as grandes diferenças de condições de vida das populações indigentes e não indigentes, entre as duas Grandes Regiões. As proporções de características más na Grande Região Centro-Norte são quase sempre mais do que o dobro das da Grande Região Sul e freqüentemente muito mais do que o dobro, como é o caso das características sanitárias das populações pobres não indigentes.

Tabela 15

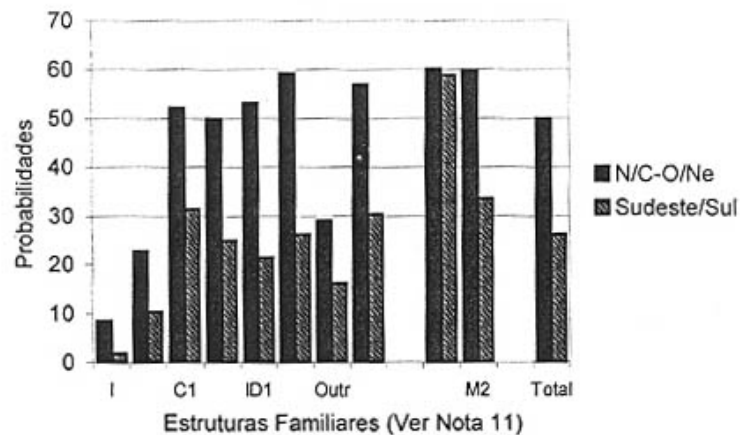
Características Físicas da Habitação, suas Condições Sanitárias e Bens que Possuem, Segundo Níveis de Pobreza, Grandes Regiões Urbanas (GRCN e GRS), 1989

Características Selecionadas	Níveis de Pobreza			.Total
	I	Pn	NP	
GRCN: Norte/ Centro-Oeste/Nordeste				
1. Paredes de Taipa, Madeira Aproveitada ou ' Outro' Material	16.01	8.96	1.76	6.76
2. Piso de Terra ou de Madeira Aproveitada	23.06	10.28	2.41	8.88
3. Sem Canalização Interna De Água	58.37	40.05	13.89	31.84
4. Não tem Vaso Sanitário ou Esse não é de Cerâmica	64.36	42.89	13.15	32.30
5. Não tem T.V.	58.67	40.30	15.16	31.39
6. Não tem Livros	73.69	59.93	30.42	47.94
GRS: Sudeste/Sul				
1. Paredes de Taipa, Madeira Aproveitada ou ' Outro' Material	7.71	4.32	0.74	1.93
2. Piso de Terra ou de Madeira Aproveitada	9.17	3.21	0.58	1.71
3. Sem Canalização Interna De Água	31.31	10.95	3.13	6.68
4. Não tem Vaso Sanitário ou Esse não é de Cerâmica	30.47	10.50	3.01	6.44
5. Não tem T.V.	38.53	19.38	6.92	11.60
6. Não tem Livros	58.55	43.57	23.56	29.94

FONTE: PNSN, 1989

NEPP/UNICAMP, 1998

Como foi feito no estudo para o Brasil urbano total, passo, agora, a examinar alguns condicionantes demográficos e sócio-econômicos da pobreza urbana. Como já disse, ao invés de repetir a análise feita para o

conjunto do país, limito-me nesta parte a apontar as principais diferenças regionais e, quando possível, o seu significado mais amplo. Começo pela Tabela 16, com os dados da estrutura demográfica dos domicílios.

O que há a notar nos dados dessa tabela, quanto a diferenciais regionais, confirma a análise feita, quando do exame dos dados das Tabelas 12 e 13. Isto é, a enorme desvantagem, embutida na estrutura de idades, das populações indigentes da região mais atrasada, a Centro-Norte, comparada com as indigentes da Sul. Atente-se, também, para o muito maior tamanho médio do domicilio indigente daquela grande região, e para a presença nela de uma bem menor proporção de chefes de domicílio mulheres, - fatos, como já apontamos, certamente relacionados com a maior prevalência aí de unidades compostas, caracterizadas como o fizemos na discussão dos dados sobre estrutura familiar (Tabela 14). Naquele passo, sugerimos ser a estruturação de domicílios daquelas formas, 'defesas' contra a insegurança

representada pela falta de empregos e de previdência social[25]. Pode-se especular o que tais arranjos familiares realmente significam no sentido de socialização de condições de vida, e como isso repercute nas estatísticas. Possivelmente o consumo familiar nessas unidades compostas, já em nível muito baixo, se uniformiza num nível ainda inferior, e as taxas de desemprego diminuem (relativamente ao que seriam), com um possível aumento das taxas de inatividade.

---

[25] Expliquemos a referência à falta de previdência social. Quero referir-me à situação concreta, onde a falta de empregos em empresas, reduz os indivíduos a empregos sem garantias legais (sem carteira de trabalho e sempre nessa situação não há contribuição à previdência) ou ao trabalho por conta própria, com ganhos muito baixos, tornando irreal a possibilidade legal de contribuição voluntária à previdência.

Tabela 16

Vários Indicadores da Composição Etária e Por Sexo do Domicílio, Segundo Níveis de Pobreza, Grandes Regiões Urbanas (GRCN e GRS), 1989.

Indicadores da Composição Etária e por Sexo	Níveis de Pobreza			Total
	I	Pn	NP	
GRCN: Norte/ Centro-Oeste/ Nordeste				
Médias de Pessoas p/ Domicílio				
(1) 0 - 9	2.100	1.168	0.779	1.157
(2) 10 - 17	1.324	0.927	0.605	0.844
(3) 18 - 59	2.059	2.082	2.228	2.151
(4) 60 +	0.312	0.440	0.324	0.357
Total	5.797	4.638	4.048	4.571
% Chefes Mulheres	25.60	26.46	20.26	23.20
Pessoas em Idade não Produtiva Por Pessoa em Idade Produtiva (*)	1.814	1.217	0.767	1.096
GRS: Sudeste/Sul				
Médias de Pessoas p/ Domicílio				
(1) 0 - 9	1.539	1.163	0.645	0.809
(2) 10 - 17	0.775	0.927	0.535	0.627
(3) 18 - 59	1.818	2.027	2.134	2.091
(4) 60 +	0.228	0.284	0.303	0.294
Total	4.367	4.404	3.654	3.849
% Chefes Mulheres	35.68	22.27	18.57	20.52
Pessoas em Idade não Produtiva Por Pessoa em Idade Produtiva (*)	1.399	1.171	0.695	0.828

(*) [(1)+(2)+(4)]/(3)

FONTE: PNSN, 1989

Algumas dessas coisas podem ser vislumbradas nas tabelas finais dessa nossa análise, onde focalizo as diferenças regionais, quanto as características do chefe do domicílio e de seu trabalho (Tabela 17 e 18), e quanto ao trabalho e renda dos moradores do domicílio em conjunto (Tabela 19 e 20), sempre segundo níveis de pobreza.

Como exemplos chamo a atenção para o altíssimo grau de analfabetismo dos chefes de domicílios indigentes no Nordeste (59%), não acompanhado de perto pela taxa de qualquer outra região; a alta proporção

de ocupações agrícolas (17%) dos chefes indigentes do Sudeste (num nível muito mais alto de qualquer outra região); e a proporção de aposentados e pensionistas nos domicílios indigentes, entre as pessoas com 40 anos e mais, especialmente alta na região Sul (47%) e baixa no Nordeste (30%).

Tabela 17

Características do Chefe do Domicílio, Segundo Níveis de Pobreza, Grande Região Urbana GRNC, 1989

Norte e Centro-Oeste Característica Selecionada do Chefe	Nível de Pobreza			Total
	I	Pn	NP	
% Analfabetos	36.20	23.54	7.30	16.80
% Ocupados	68.51	81.48	88.89	83.92
Distrib. Seg. Pos. Ocupação				
Empregados	56.95	59.79	57.58	58.16
Ocupações Agrícolas	7.72	4.35	2.40	3.55
Conta Própria	34.28	34.45	30.74	32.21
Empregador e Não Remunerado	1.05	1.41	9.29	6.08
% Chefes Empregados s/ Carteira De Trabalho	52.46	37.90	32.45	36.39
% Conta Própria, Empregador e Não Remunerado. Não Contribuinte.	85.99	82.12	55.06	65.61
% Chefe que Procurou Trabalho Últimos 12 Meses (*)	27.02	19.18	12.50	16.46
Nordeste Característica Selecionada do Chefe	**Nível de Pobreza**			**Total**
	I	Pn	NP	
% Analfabetos	58.65	44.64	17.32	35.16
% Ocupados	70.40	70.26	79.96	74.80
Distrib. Seg. Pos. Ocupação				
Empregados	54.91	52.72	51.79	52.74
Ocupações Agrícolas	6.99	2.40	1.38	2.89
Conta Própria	37.25	42.89	39.35	39.91
Empregador e Não Remunerado	0.85	1.99	7.48	4.46
% Chefes Empregados s/ Carteira De Trabalho	55.59	46.86	29.74	40.69
% Conta Própria, Empregador e Não Remunerado. Não Contribuinte.	87.13	85.87	59.03	72.05
% Chefe que Procurou Trabalho Últimos 12 Meses (*)	25.09	16.69	8.81	14.95

(*) Inclusive os que procuraram trabalho nas últimas 4 semanas

FONTE: PNSN, 1989

NEPP/UNICAMP, 1998

Nos domicílios pobres não indigentes notam-se também, para as mesmas regiões, diferenças, no geral semelhantes às dos domicílios indigentes, num nível porém menos saliente: analfabetismo mais alto do chefe no Nordeste (45%); taxa mais alta de ocupações agrícolas de chefes no Sudeste (6%), agora acompanhada por taxa igualmente alta dos chefes do Sul (7%); proporção de pessoas com 40anos e mais aposentadas ou pensionistas, especialmente alta no Sul (50%), agora seguida por taxa também alta no Nordeste (49%).

Quando se passa, portanto, da análise das proporções globais de indigentes e pobres não indigentes, do desdobramento da pobreza nos seus componentes crônico e recente, e do estudo das características demográficas e de estruturas familiares, para aquelas referentes ao trabalho e à renda, do chefe do domicílio e do conjunto de moradores, encontra-se maior heterogeneidade regional e a impressão de uma divisão relativamente nítida do país em duas grandes regiões se desfaz.

O contraste que permanece, agora, de forma clara é o que existe entre duas regiões, a Nordeste, de um lado, e a Sudeste do outro (que são, aliás, as duas principais partes, em número de domicílios e de pessoas, dos dois agregados mais amplos, as grandes regiões que analisei antes).

Contrastando essas duas regiões, juntam-se às grandes diferenças nas proporções de indigentes e de pobres não indigentes (e nas proporções dos componentes 'estrutural' e 'recente' da pobreza), diferenças qualitativas referentes aos tipos de indigentes e de pobres não indigentes que existem numa e noutra.

Vêem-se estas diferenças no que diz respeito a características físicas e sanitárias dos domicílios, e a seus contatos com o mundo mais amplo; também pode-se apreciá-las no referente a características demográficas e estruturas familiares.

Podemos acrescentar, agora, contrastes - no confronto entre os indigentes e pobres de uma e de outra dessas duas regiões - que dizem respeito aos seus vínculos com os mercados de trabalho. No Nordeste, estas populações pobres, e particularmente as indigentes, estariam mais segregadas, num mercado de trabalho 'pobre', segmentado mais nitidamente.

Tabela 18

Características do Chefe do Domicílio, Segundo Níveis de Pobreza, Grande Região Urbana GRS, 1989

Sudeste	Nível de Pobreza			Total
Característica Selecionada do Chefe	I	Pn	NP	
% Analfabetos	34.09	19.94	6.65	11.37
% Ocupados	65.50	81.61	81.01	79.97
Distrib. Seg. Pos. Ocupação				
Empregados	49.80	69.58	67.01	66.48
Ocupações Agrícolas	17.38	6.13	0.57	2.74
Conta Própria	29.98	20.12	24.86	24.21
Empregador e Não Remunerado	2.83	4.17	7.55	6.57
% Chefes Empregados s/ Carteira De Trabalho	49.54	25.15	18.45	21.77
% Conta Própria, Empregador e Não Remunerado. Não Contribuinte.	82.04	59.60	41.54	46.02
% Chefe que Procurou Trabalho Últimos 12 Meses (*)	26.53	26.45	12.05	16.03
Sul	**Nível de Pobreza**			**Total**
Característica Selecionada do Chefe	I	Pn	NP	
% Analfabetos	39.17	20.58	6.10	10.55
% Ocupados	46.47	70.12	82.30	78.03
Distrib. Seg. Pos. Ocupação				
Empregados	66.33	69.27	58.77	60.54
Ocupações Agrícolas	4.05	7.37	1.32	2.28
Conta Própria	29.62	22.21	29.82	28.75
Empregador e Não Remunerado	0.00	1.14	10.08	8.43
% Chefes Empregados s/ Carteira De Trabalho	60.45	33.78	16.74	21.60
% Conta Própria, Empregador e Não Remunerado. Não Contribuinte.	86.65	66.20	40.31	44.05
% Chefe que Procurou Trabalho Últimos 12 Meses (*)	25.96	25.77	11.24	14.48

(*) Inclusive os que procuraram trabalho nas últimas 4 semanas

FONTE: PNSN, 1989

NEPP/UNICAMP, 1998

Examinando-se as estatísticas referentes aos chefes dos domicílios indigentes e pobres não indigentes urbanos (Tabela 17 e 18), destacam-se as porcentagens bem maiores no Nordeste do que no Sudeste, em qualquer dos dois níveis de pobreza, de trabalhadores por conta própria (contrabalançadas no Sudeste por maiores proporções de empregados, inclusive de trabalhadores na agricultura). Que espécie de conta própria é este trabalhador nordestino pode ser visualizado pelas muito mais altas porcentagens naquela região (sempre comparando às mesmas estatísticas para o Sudeste) de chefes analfabetos e de ausência entre eles de emprego com carteira de trabalho e/ou contribuição à previdência.

TABELA 19

Trabalho e Renda dos Membros do Domicílio, Segundo Níveis de Pobreza,
Grande Região Urbana GRNC,
1989.

Norte e Centro-Oeste Trabalho e Renda dos Moradores Do Domicílio	Nível de Pobreza I	 Pn	 NP	Total
% de Domicílios com 0 Ocupados	16.90	7.17	2.53	5.86
Pessoas por Ocupado no Domicílio	4.02	2.66	2.12	2.48
Distribuição dos Domicílios				
Segundo o Tipo de Renda				
Só Renda de Trabalho	47.69	47.55	47.42	47.50
Só Outras Rendas (*)	18.62	7.52	2.93	6.41
Renda de Trabalho e Outras Rendas	33.68	44.94	49.64	46.10
% de Pessoas c/ 10 anos e +				
Desocupadas	9.86	5.55	3.28	4.93
% de Chefes com mais de 40 Anos				
Aposentados ou Pensionistas	40.13	33.27	28.04	31.57
Nordeste Trabalho e Renda dos Moradores Do Domicílio	**Nível de Pobreza I**	** Pn**	** NP**	**Total**
% de Domicílios com 0 Ocupados	19.10	15.97	7.04	12.54
Pessoas por Ocupado no Domicílio	4.22	2.87	2.28	2.84
Distribuição dos Domicílios				
Segundo o Tipo de Renda				
Só Renda de Trabalho	61.58	52.36	48.26	52.55
Só Outras Rendas (*)	20.49	16.15	7.52	13.13
Renda de Trabalho e Outras Rendas	17.93	31.49	44.22	34.32
% de Pessoas c/ 10 anos e +				
Desocupadas	9.72	5.15	4.04	5.80
% de Chefes com mais de 40 Anos				
Aposentados ou Pensionistas	30.04	49.36	43.57	42.35

(*) Aposentadoria, pensão, abono permanência, aluguel e outros.
FONTE: PNSN 1989.
NEPP/UNICAMP, 1998.

Dados referentes à renda e ao trabalho do conjunto dos moradores dos domicílios, podem agregar outras informações sobre o contraste da

pobreza urbana das regiões Nordeste e Sudeste. A proporção de domicílios sem nenhuma pessoa ocupada é, nos dois níveis de pobreza, bem maior no Nordeste: como são menores as proporções de desempregados do que no Sudeste, pode-se inferir que são maiores as taxas de inatividade da região mais pobre. Também nela são maiores as proporções de domicílios que têm somente 'outras rendas' (aposentadoria, pensão, aluguéis, etc.) e não renda de trabalho. Note-se também que são bem maiores no Sudeste as porcentagens de domicílios que tanto têm renda de trabalho como renda de outra origem. Como já foi dito conseguir complementar, com renda do trabalho, as pequeníssimas 'outras rendas' de aposentadorias, pensões e aluguéis, parece ser o que faz toda a diferença entre a não pobreza e a pobreza não indigente ou a miséria.

De tudo isso, tanto das informações sobre o chefe do domicílio como do conjunto de moradores, vamos concluir que a principal diferença entre as duas regiões é a falta de oportunidades de trabalho num mercado urbano mais estruturado, mal compensada tal falta pelo exercício de toda sorte de expedientes e 'bicos', à guisa de trabalho por conta própria, e pelo ganho — principalmente nos domicílios pobres não indigentes — de ínfimas aposentadorias e pensões e 'outras rendas'.

Neste contraste, a situação da região urbana do Norte e Centro-Oeste aproxima-se, amenizada, mais da do Nordeste urbano. A situação urbana da região Sul é mais contraditória. Essa região apresenta níveis relativamente baixos nas proporções totais de indigência e de pobreza não indigente (como também na relação da pobreza crônica ou estrutural com a mais recente), proporções e relação próximas às do Sudeste. Entretanto, em muitos dos traços da sua pobreza, quais sejam os relativos à falta de emprego e à falta de garantias, trabalhistas e previdenciárias do trabalho que os pobres do Sul urbano conseguem, eles parecem se aproximar mais da situação urbana nordestina. A situação dos seus aposentados pobres, no entanto, parece melhor, na medida que isto é indicado pela proporção mais alta de domicílios que auferem tanto renda do trabalho como 'outra' renda[26].

[26] Vejam-se estatísticas como estas abaixo, tomando-se apenas os domicílios indigentes, para o Sul e para o Nordeste urbanos:
Número de pessoas por ocupado: 4,826 e 4,577; % de domicílios com zero ocupados: 31,7 e 19,1; % de chefes empregados sem carteira do trabalho: 60,45 e 55.59; e % de chefes conta-

Tabela 20

Trabalho e Renda dos Membros do Domicílio, Segundo Níveis de Pobreza, Grande Região Urbana GRS,

1989

Sudeste Trabalho e Renda dos Moradores Do Domicílio	Nível de Pobreza			Total
	I	Pn	NP	
% de Domicílios com 0 Ocupados	10.22	6.49	6.99	7.13
Pessoas por Ocupado no Domicílio	3.55	2.72	2.04	2.25
Distribuição dos Domicílios				
Segundo o Tipo de Renda				
Só Renda de Trabalho	58.97	52.62	39.55	43.60
Só Outras Rendas (*)	18.66	6.87	7.35	8.09
Renda de Trabalho e Outras Rendas	22.38	40.51	53.10	48.31
% de Pessoas c/ 10 anos e +				
Desocupadas	13.14	8.41	3.34	5.10
% de Chefes com mais de 40 Anos				
Aposentados ou Pensionistas	34.11	32.05	45.10	42.04
Sul Trabalho e Renda dos Moradores Do Domicílio	**Nível de Pobreza**			**Total**
	I	Pn	NP	
% de Domicílios com 0 Ocupados	31.70	17.96	6.93	10.29
Pessoas por Ocupado no Domicílio	4.83	2.99	2.01	2.24
Distribuição dos Domicílios				
Segundo o Tipo de Renda				
Só Renda de Trabalho	38.52	33.45	33.61	33.91
Só Outras Rendas (*)	32.71	18.36	7.09	10.54
Renda de Trabalho e Outras Rendas	28.77	48.18	59.30	55.54
% de Pessoas c/ 10 anos e +				
Desocupadas	12.93	7.63	3.12	4.50
% de Chefes com mais de 40 Anos				
Aposentados ou Pensionistas	46.67	50.04	42.57	44.03

(*) Aposentadoria, pensão, abono permanência, aluguel e outros.

FONTE: PNSN 1989.

NEPP/UNICAMP, 1998.

própria que não contribuem para a previdência (estimativa): 79,80 e 83,29. A estatística porém sobre a porcentagem de domicílios que têm tanto renda trabalho como 'outra' renda, coloca as populações urbanas indigentes do Sul em situação bem melhor do que as do Nordeste: os dados são 29,79 e 18,95 por cento, respectivamente.

Conclusões

As principais conclusões deste trabalho acham-se dispersas ao longo do seu texto. É oportuno, portanto, sumariá-las numa série de breves itens. Maiores detalhes sobre qualquer das conclusões exigem consulta das análises no trecho correspondente do texto.

Evolução das taxas de pobreza

1) A proporção de pobres nas populações urbanas e rurais do Brasil decresceu progressivamente de 1960 a 1980, de pouco mais de 40 a pouco menos de 25 por cento. Durante a década de 80 a taxa de pobreza flutuou ao sabor das condições econômicas, quase entre esses dois extremos. A recessão do início dos anos oitenta elevou esta taxa para o nível de 1960, e o boom de 1986 baixou-a até aproximá-la da do início da década, havendo um novo aumento para pouco menos de 40 por cento em 1988, com a deterioração econômica posterior.

2) A variação da proporção de pobres nas metrópoles brasileiras, assim como as taxas globais para o Brasil, acompanharam as flutuações econômicas da última década. Isso se deu, entretanto, em patamares bem distintos. Contrastam os níveis extremamente altos das metrópoles do Norte e do Nordeste (muitas vezes situando-se em bem mais de 50 por cento), com os do Sudeste (em geral de 20 a 35 por cento), e ainda mais com os do Sul (freqüentemente abaixo de 20 por cento).

Brasil urbano: perfil dos domicílios pobres em 1989

3) Um terço dos domicílios urbanos estão abaixo da linha de pobreza (8,6 milhões de domicílios), um em cada três dos quais abaixo da linha de indigência[27]. Nesses domicílios pobres vivem quase 41 milhões de pessoas, quase 40 por cento da população urbana, incluindo ademais mais de metade das crianças até 3 anos de idade (51 %). A indigência e a pobreza urbanas concentram-se nas regiões mais pobres do país (Centro, Norte e Nordeste) em proporções muito maiores (54 e 41%) do que é a sua parcela na

[27] Sobre as linhas de indigência e de pobreza ver texto ou o Anexo Metodológico.

população urbana brasileira (30%). Igualmente, as populações pretas e pardas são super-representadas entre os domicílios pobres, particularmente entre os indigentes: dois terços desses últimos têm chefe preto ou pardo.

4) A pobreza está associada com determinadas estruturas familiares, e em particular com dadas etapas do ciclo vital das famílias. Noutras palavras, domicílios com dadas estruturas familiares têm probabilidade de serem pobres ou indigentes maior do que a média urbana. São eles os de casais jovens com filhos, de idosos sós (homens, mulheres ou casais), os domicílios plurifamiliares, e sobretudo os de mulheres, principalmente se jovens, sem cônjuge e com filhos pequenos.

5) As características da habitação rústica (o chão de terra, materiais inapropriados aproveitados na construção) estão ainda presentes nas moradias de minorias significativas das populações pobres urbanas (particularmente entre as indigentes). Muito mais grave são os indicadores de péssima situação sanitária (esgotamento sanitário, provisão de água ou coleta de lixo, inexistentes ou extremamente precários), presentes em proporções iguais ou superiores à metade dos domicílios urbanos indigentes e entre um quarto ou metade dos pobres não indigentes.

6) Outros indicadores (analfabetismo, ausência de TV, telefone ou de livros) mostram que para amplas maiorias das populações urbanas indigentes, ou para parcelas grandes, porém não majoritárias, das pobres não indigentes, o mundo é acanhado e estreito e se resume aos contatos face a face da vizinhança (a inatividade ou o trabalho por conta própria e precário confirmando aquela estreiteza).

7) Associam-se à situação de indigência e pobreza urbanas características demográficas, econômicas e sociais, que a condicionam. Iniciemos com a estrutura etária dos domicílios; esta é muito desfavorável: Os domicílios indigentes têm, em média, quase três vezes mais crianças de menos de 10 anos, e os pobres não indigentes, quase o dobro, do que os domicílios não pobres. Há, por outro lado, numa e noutra situação de pobreza, sensivelmente menos pessoas em idade produtiva, bem como maiores proporções de domicílios chefiados por mulheres.

8) A qualificação para o trabalho, indicada pelos níveis educacionais, bem como as próprias características do trabalho dos chefes do domicílio, revelam situações muito mais desfavoráveis dos pobres, sejam eles

indigentes ou não. Sublinhemos os dados para os domicílios pobres indigentes, onde todos os diferenciais são muito mais marcados: dois terços dos chefes desses domicílios são analfabetos ou têm apenas até três anos de escolaridade. Consistente com isso, é o fato de bem mais de 40 por cento dos chefes (nos dois níveis de pobreza) terem ocupações que remuneram muito pouco, ocupações 'pobres'[28]. Proporções bem mais baixas do que os chefes dos outros domicílios abaixo da linha de pobreza (e é claro do que os chefes dos domicílios não pobres) são ocupados (66%, enquanto as porcentagens correspondentes para aqueles outros dois grupos são, respectivamente, 77 e 82%). Há portanto, entre os chefes indigentes, uma muito maior proporção de inativos ou desempregados. Entre os que são ocupados, os empregados urbanos são muito menos presentes (54%), havendo em contrapartida com maior freqüência ocupações por conta própria (34%) e empregos agrícolas (11%) (sendo estes, no geral, 'bóias-frias' que vivem em núcleos urbanos).

9) De qualquer forma, o trabalho dos chefes pobres, sejam eles indigentes ou não, é muito mais instável do que o dos não pobres. Isto é indicado pela alta proporção destes chefes que procurou trabalho no último ano: um em cada quatro ou um pouco mais do que um em cada cinco, nos dois níveis de pobreza (esta estatística para os chefes não pobres é de pouco mais de um em dez). Além disso, o trabalho dos chefes de domicílios pobres, principalmente dos indigentes, tem muito menos segurança. É, em muito menor proporção, coberto pelas garantias da legislação do trabalho ou previdenciárias: mais de metade (53%) dos chefes pobres indigentes que são empregados não têm carteira assinada e mais de 85 % dos que trabalham por conta própria não contribuem para a previdência social.

10) Focalizando-se todos os membros dos domicílios pobres urbanos, indigentes e não indigentes, e não apenas os seus chefes, fica ainda mais esclarecida a precariedade da sua situação de trabalho e renda. Os domicílios pobres indigentes, devido ao número de membros não produtivos e às altas taxas de inatividade e desemprego, têm, em média, quase o dobro de pessoas por ocupado, que os domicílios não pobres (este índice para os domicílios pobres não indigentes é um terço superior comparado com os não pobres). Os tipos de ocupações e em que medida

[28] Sobre essas ocupações 'pobres', ver o Anexo Metodológico e, também, Figueiredo (1990).

outras rendas juntam-se aos rendimentos do trabalho distinguem os domicílios pobres, nos seus diferentes níveis, dos não pobres. Finalmente, nos domicílios não pobres, muito mais freqüentemente do que nos pobres, indigentes ou não, combinam-se na renda total domiciliar rendimentos do trabalho com outras rendas (em 53% dos domicílios não pobres comparados com apenas 23 % nos pobres indigentes e 40% nos pobres não indigentes).

O approach das necessidades básicas:componentes da pobreza

11) Foram comparados dois grupos, um com necessidades básicas insatisfeitas (NBI) e outro com essas necessidades satisfeitas (NBS)[29]. Percebeu-se, por um lado, que entre os chefes dos domicílios NBS, comparados com os NBI no mesmo nível de pobreza (ou não pobreza), há menores proporções de certas características associadas à pobreza, isto é, menos analfabetismo ou baixa escolaridade, porcentagens mais baixas de pretos e pardos, de ocupações agrícolas, de empregados sem carteira assinada, de ocupações por conta-própria que não contribuem para a previdência, ou de procura de emprego. Por outro lado, entre esses mesmos chefes com necessidades básicas satisfeitas (NBS), sempre comparados com os chefes NBI do mesmo nível, há maiores porcentagens de domicílios em que não há nenhum ocupado. Esses dois fatos constituem um primeiro sinal de que o indicador de NBI/NBS separa, nos conjuntos de dois níveis de pobres, componentes de uma pobreza mais de momento, menos duradoura. Daí a idéia de utilizar-se o cruzamento de pobres/não pobres, conforme estão abaixo ou acima da linha de pobreza, com o indicador NBI/NBS, e caracterizar-se assim quatro caselas que distinguem quatro situações de pobreza/não pobreza: pobreza estrutural, pobreza mais recente, pobreza por NBI e não pobreza stricto sensu. As proporções do total do Brasil urbano nas quatro situações são, respectivamente, 13, 21, 6 e 60 por cento dos domicílios.

12) Note-se que podem ocorrer variações na distribuição dos domicílios pobres pelas várias situações de pobreza, principalmente mudanças nas suas proporções, como resultado de duas espécies de

[29] Sobre o indicador de NBI/NBS ver o Anexo Metodológico.

processos[30]. Seja por alterações nas rendas domiciliares per capita (mobilidade ascendente ou descendente), seja por mudanças na disponibilidade dos equipamentos públicos (rede de água e esgotos e escolas). Assim, por exemplo, o aumento (ou a diminuição) da renda per capita dos domicílios, ceteris paribus, muda as proporções entre os pobres estruturais e os pobres por NBI (ou entre os pobres 'mais recentes' e os não pobres stricto sensu). Por outro lado, mesmo sem alterações nas rendas domiciliares per capita, se a atuação do poder público aumentasse a infra-estrutura das cidades (esgotos e água), as vagas em escolas, e a disponibilidade de habitações, mais rapidamente do que o crescimento da população urbana, isso diminuiria a proporção dos pobres por NBI relativos aos não pobres stricto sensu. É possível que devido, entre outras razões, ao processo de democratização do país durante os anos oitenta, algo desse tipo tenha acontecido[31]. O importante seria verificar qual foi o peso desses dois processos, e as suas combinações, sobre as alterações sofridas pela magnitude e estrutura da pobreza, no tempo. Para isso, a contribuição de estudos de mais de um ponto no tempo será apenas parcial, sendo necessário na verdade pesquisas longitudinais, tipo panel.

Diferenciações regionais da pobreza

13) Além da magnitude muito maior da pobreza, as proporções distintas dos seus diversos componentes, já mostram ser a situação social das populações urbanas do Centro, Norte e Nordeste, qualitativamente diferente da situação das do Sudeste e do Sul. Citemos os dados. A pobreza estrutural em relação à mais recente é 0.86 e 0.84 no Norte/Centro-Oeste e no Nordeste, e 0.44 e 0.43 , no Sudeste e no Sul. Também a pobreza por NBI em relação aos não pobres stricto sensu é diferente: 0.16 para as duas regiões mais pobres e 0,10 e 0,06 para o Sudeste e o Sul.

14) Quando se analisam as diferenças de pobreza e de suas condições

[30] Ou, é claro, pela combinação dos dois processos.
[31] Conforme uma sugestão de Vilmar Faria, numa discussão de uma primeira versão deste trabalho. Parece-me menos provável que tal processo, pelo menos em prazo relativamente curto, tenha provocado a diminuição dos pobres estruturais relativos aos pobres "mais recentes". Se se verificasse que este processo ocorreu em proporções significativas, isso colocaria em cheque a própria denominação de "pobreza recente".

sociais, nos mais diversos aspectos, entre a parte mais atrasada do país e a mais adiantada, notam-se enormes diferenças quantitativas. As proporções de indigentes e pobres são muito maiores no Centro-oeste, Norte e Nordeste (Grande Região GRCN) e as suas condições de vida muito piores. Qualquer que seja o problema focalizado, a diferença entre as duas partes do Brasil é de tal ordem, que surge aos olhos do analista como uma diferença de patamar de pobreza, como uma diferença qualitativa. Citemos alguns aspectos, escolhidos entre os mais graves. Na GRCN dois terços das crianças de O a 3 anos são pobres, enquanto na GRS (Sudeste e Sul) esta porcentagem é de 43%. Quase que se pode dizer que ser pobre, numa ou noutra grande região, são coisas distintas. Sublinhando este ponto, cito, para as populações indigentes, numa e noutra parte do Brasil, indicadores de condições sanitárias (inexistência dentro da casa de água e de privada) e de isolamento social (inexistência de livros e de TV). Enquanto na parte atrasada do país as proporções de domicílios indigentes em péssimas situações quanto a esses indicadores, variam de 58 a 74 %, na parte mais adiantada do Brasil, as porcentagens correspondentes vão de 30 a 59 %. A análise das estruturas familiares dos domicílios pobres, numa e noutra grande região, revelou igualmente proporções bem superiores, na GRCN do que Grande Região Sul (GRS), de unidades compostas, isto é, unidades onde convivem pessoas de duas ou mais gerações. Procura-se dessa maneira socializar as condições de vida, proteger-se do desemprego ou das dificuldades advindas com a idade. Juntando-se essa diferença de arranjo familiar, a outras diferenças sócio-demográficas pronunciadas que existem, principalmente entre os domicílios indigentes, de uma e outra parte do país, pode-se entrever a qualidade distinta da indigência e da pobreza, na grande região pobre do Brasil. Observa-se tamanho do domicílio muito maior, estrutura de idades muito mais desfavorável, proporção muito menor de domicílios chefiados por mulheres.

15) A análise da condição e modalidade de atividade dos chefes de domicílios urbanos, bem como do trabalho e renda do conjunto dos seus moradores de mais de 10 anos, mostra maior heterogeneidade da pobreza, nos seus vários níveis, entre as várias regiões urbanas do país, sendo mais difícil dividi-lo em duas grandes regiões (GRCN e GRS). Tomando-se, no entanto, apenas o Nordeste e o Sudeste urbanos, o contraste permanece nítido. Destacam-se, mais entre os domicílios indigentes, mas também entre os pobres não indigentes, as porcentagens bem maiores no Nordeste de

trabalhadores por conta-própria, e, no Sudeste de empregados, inclusive 'bóias-frias', que são trabalhadores na agricultura residindo nas cidades; e as menores proporções de desempregados na primeira região em relação à segunda. Fico tentado, também aqui, a sublinhar diferenças qualitativas. O que é o conta-própria no Nordeste, indigente ou pobre, parece ser bem distinto do conta-própria no Sudeste (taxas muito mais altas de analfabetos entre os chefes de domicílio daquela região, e ausência muito mais freqüente entre eles de contribuição à previdência). A diferença principal, que sobressai em relação ao Sudeste, é a falta no Nordeste de oportunidades de trabalho num mercado urbano mais estruturado, mal compensada pelos 'bicos' e pelas rendas de pequiníssimas pensões e aposentadorias[32].

[32] Para ver com mais detalhe as situações mais contraditórias do Norte/Centro-Oeste e principalmente do Sul, ora aproximando-se do Nordeste ora do Sudeste, ver texto.

Nota sobre a pobreza rural

O dimensionamento e a caracterização da pobreza rural no Brasil, pelo método das linhas de pobreza, com os dados de que se dispõe, são precários. Se é relativamente grosseira a extrapolação que fiz de linhas de pobreza para as regiões urbanas do Brasil, a partir daquelas estimadas por Sonia Rocha para as áreas metropolitanas, com muito maior razão qualquer cálculo semelhante feito para as áreas rurais é de valor ainda mais duvidoso. O que torna precários os resultados é o pressuposto de que os custos alimentares e custos totais nas zonas rurais tenham evoluído desde a época da realização do ENDEF (1974/5), no mesmo ritmo dos preços nas metrópoles (que foram os elementos usados por Sonia Rocha para atualizar os valores das linhas de pobreza metropolitanas).

Com esta advertência, apresento alguns dados sobre os pobres rurais, tanto a sua dimensão como as suas características. Antes porém, uma última reflexão. Suponho que as diferenças de custo de vida entre as metrópoles e as zonas rurais diminuíram, desde a realização do ENDEF, há mais de 15 anos atrás, principalmente nas regiões de agricultura mais moderna. Assim, as linhas de pobreza que usei[33] são possivelmente baixas demais e sub-estimam a pobreza rural. Por outro lado, também é possível que as características 'pobres' encontradas, estejam mais acentuadas do que estariam, se as linhas traçadas fossem mais altas.

Dito tudo isto, passo aos dados. Estes indicam que perto de 3,2 milhões de domicílios rurais das regiões Nordeste, Sudeste e Sul acham-se em situação de pobreza (PNSN, 1989), quase 45 por cento do total dos domicílios rurais. Neles contam-se 17,3 milhões de pessoas, mais da metade da população rural[34].

[33] Os valores que encontrei para as linhas de indigência (I) e pobreza (P) foram os seguintes (em dólares mensais):
Nordeste rural:1 - $12,88, P - $18,95;
Sudeste rural: 1- $13,11, P - $20,73; e
Sul rural: 1- $14,72, P - $23,74.
Deixamos de lado a zona rural do Centro-Oeste, para a qual não havia elementos no ENDEF (apud Fava, 1984) para realizar a extrapolação necessária. Quando, portanto, nesta nota, falo de regiões rurais do Brasil, quero me referir apenas ao conjunto daquelas três regiões.
[34] Os dados correspondentes para os pobres indigentes ou miseráveis são: 1,9 milhões de domicílios (27% do total) e 11 milhões de pessoas (um em cada três habitantes rurais).

Para a caracterização dos pobres rurais, sempre em confronto com os pobres urbanos, restrinjo-me aos dados de duas tabelas. Uma apresenta a distribuição dos domicílios pobres segundo as suas estruturas familiares e a outra, dados sobre a habitação e suas posses, sobre características do chefe e do conjunto dos membros do domicílio, particularizando a sua situação de trabalho e renda.

A principal impressão que se fica do exame dos dados destas duas tabelas é a de que os pobres rurais, comparados com os urbanos, estão em grande proporção, numa mesma situação de pobreza. Em outras palavras, enquanto entre os pobres urbanos, pode-se discernir um certo número de situações diferenciadas, a pobreza rural é mais homogênea.

Vejamos.

Pela Tabela 21 verifica-se que a grande maioria dos domicílios pobres (80%) tem estruturas familiares constituídas de casais e filhos (e mais, às vezes, algum outro parente), com chefe masculino (jovens, de meia-idade ou idosos), isto é, são dos tipos indicados na tabela pelos símbolos C1, C2 e ID1[35]. No total da pobreza urbana, esses três tipos representam apenas 63%[36].

Isto decorre da alta probabilidade dos tipos C1 e C2 rurais serem pobres, e não da sua freqüência na população rural total. Por sua vez, os tipos de estrutura familiar com maior probabilidade de serem pobres no caso das regiões urbanas, são os pluri-familiares e os chefiados por mulheres (M1 e M2), tipos estes pouco freqüentes no meio rural.

A Tabela 22 mostra também, sobejamente, a menor heterogeneidade da pobreza rural.

[35] O tipo ID1, como definido, pode ter chefia feminina. Entretanto, apenas 12% dos domicílios rurais pobres têm chefia feminina (comparados com 26% para os urbanos). Note-se, além disso, que neste tipo o chefe pode já estar sozinho (viúvo).

[36] Sobre a distribuição dos domicílios urbanos segundo a estrutura familiar, consultar a Tabela 5.

Tabela 21

Proporção de Domicílios Rurais Pobres e Probabilidade de Pobreza, Segundo a Estrutura Familiar, 1989

Estrutura	Domicílios Rurais (1)				Probabilidade
Familiar (2)	Pobres	%	Total (3)	%	De Ser Pobre
I	1120	0.04	69443	0.98	1.61
CO	22762	0.72	165935	2.35	13.72
C1	910945	28.70	1759627	24.88	51.77
C2	1319957	41.59	2573113	36.38	51.30
ID1	308413	9.72	771516	10.91	39.97
ID2	113432	3.57	451023	6.38	25.15
Outr	88328	2.78	492404	6.96	17.94
Pluri	220015	6.93	459738	6.50	47.86
M1	47089	1.48	60678	0.86	77.60
M2	141834	4.47	269655	3.81	52.60
Total	3173895	100.00	7073132	100.00	44.87

(1) Das regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

(2) Ver nota de rodapé nº 11.

(3) Exclusive os domicílios com declaração de renda incompleta.

Fonte: PNSN, 1989

Quanto às condições habitacionais, particularmente aquelas que indicam má situação sanitária, elas são péssimas na grande maioria dos domicílios pobres rurais. Indicadores como ausência de esgoto e privada, disposição do lixo em terreno baldio (ou em 'outro' lugar) situam-se entre 70 e 80%, ou no caso da 'rua de terra' atinge a totalidade dos pobres rurais (98%)[37]. Para os domicílios pobres urbanos, os valores destes indicadores situam-se entre 11 (esgoto) e 58% (rua de terra), indicando uma muito

[37] Todas estas estatísticas, e as que se seguem, discriminam bem, como no caso das regiões urbanas, pobres de não pobres rurais.

maior heterogeneidade de situações da pobreza urbana.

O mesmo pode-se dizer dos indicadores de isolamento cultural. Nas zonas rurais, 61 % dos chefes de domicílios pobres são analfabetos (junto com os que têm menos de 4 séries de escolaridade atinge-se 87%), 80% não têm livros em casa e 85% não têm TV; as porcentagens correspondentes para os pobres urbanos são, respectivamente, 33 (57% com os que têm no máximo 3 séries concluídas), 56 e 35%.

Tabela 22

Características dos Domicílios e de suas Posses, e do Trabalho e Renda dos Membros dos Domicílios e de seus Chefes, Pobres Rurais (1) e Urbanos, PNSN, 1989.

Características Selecionadas	Domicílios Pobres	
Não tem Esgoto	70.73	10.64
Não tem Vaso Sanitário	79.78	18.27
Lixo: Terreno Baldio ou 'Outro' Lugar	69.75	26.41
Rua de Terra	97.87	58.10
Domicílios Rústicos	20.98	4.75
Paredes de Taipa ou 'Outro' Material	26.02	5.69
Não tem Livros	79.82	55.64
Não tem TV	84.87	34.96
Chefe Preto ou Pardo	68.17	60.37
Chefe Analfabeto	60.56	32.95
Chefe com menos de 4 Séries Concluídas	86.87	57.38
Chefes Mulheres	11.88	26.05
Chefes com Ocupação 'Pobre' (2)	71.38	44.14
Chefe C. Própria/ Empregador/ N. Remunerado		
Não Contribuinte	93.48	77.11
Chefe Empregado sem Carteira	73.92	37.87
Chefe Procurou Emprego Último Ano	13.32	23.79
Membros Domicílio só tem Renda Trabalho	66.48	52.03
Membros do Domicílio Segundo a Atividade		10.83
Todos Ocupados	13.37	56.46
Ocupados e Inativos	71.55	22.68
Um ou Mais Membro Desempregado	6.78	10.04
Todos Inativos	8.30	

(1) Das regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

(2) Ver Anexo Metodológico.

Fonte: PNSN, 1989.

NEPP/UNICAMP, 1998

Finalmente, o trabalho e a renda, no caso dos pobres rurais, indicam também uma situação generalizada de completa dependência do trabalho, através de uma ocupação 'pobre', quase sem qualificação e sem garantias (carteira, previdência). A pobreza urbana, neste sentido também, aponta

para situações bem mais diferenciadas. Tomemos um exemplo. Apenas 7% dos domicílios pobres rurais têm algum membro desempregado e apenas 13% dos seus chefes informaram ter procurado trabalho nos últimos 12 meses (as porcentagens correspondentes para o meio urbano são, respectivamente, 23 e 24%).

A situação no meio rural é menos uma questão de falta de emprego do que de misérrimos rendimentos (e, claro, maiores encargos familiares) e de insegurança no trabalho. Sessenta e seis por cento dos domicílios pobres rurais têm apenas rendas do trabalho (52% dos domicílios pobres urbanos), 71 % dos seus chefes têm ocupações 'pobres' (44% dos urbanos). Quase três quartos dos empregados pobres no meio rural não têm carteira de trabalho assinada e quase a totalidade (93%) dos que trabalham por conta própria não contribuem para a previdência, o que mostra a "informalidade" das situações de trabalho (nas regiões urbanas aquelas porcentagens são 38 e 77%).

Entretanto, volto à minha ressalva inicial. Embora trate-se de proporções altas da população rural total, é possível que este conjunto de domicílios pobres que isolamos, devido às estimativas baixas das linhas de pobreza, não constitua a totalidade dos pobres que realmente existem[38]. Neste caso, o grau de homogeneidade da pobreza rural seria talvez menor, como também menores seriam as diferenciações rural-urbanas que sublinhamos.

[38] No sentido de sua renda per capita não alcançar o custo de vida médio necessário (custos alimentares e não alimentares) realmente prevalecente (ver o item "Linhas de Indigência e de Pobreza", do Anexo Metodológico).

Anexo metodológico

As linhas de indigência e de pobreza

Nesse estudo da pobreza no Brasil urbano e nas suas regiões, utilizou-se, como já foi assinalado, o critério de renda per capita, enfocando-se as linhas de indigência e pobreza. Noutras palavras, para se distinguir domicílios pobres de não pobres, e dentro do primeiro grupo, domicílios indigentes de não indigentes, foram adotados parâmetros de valor de renda domiciliar per capita, que correspondem a níveis de consumo compatíveis com o atendimento de necessidades básicas, seja só ao das alimentares (linha de indigência), seja ao total das necessidades básicas, alimentares e não alimentares (linha de pobreza).

O meu ponto de partida para a determinação dessas linhas de indigência e de pobreza, para as regiões urbanas brasileiras, foram as linhas traçadas por Sonia Rocha (1991, p.36) para as regiões metropolitanas. Os dados básicos que Sonia Rocha usou foram os do Estudo Nacional de Despesa Familiar — ENDEF, de 1974/75. Algumas citações do trabalho de Sonia Rocha (todas constantes da p.35) permitem especificar os seus procedimentos. Ela nos informa:

"Tendo em vista as reconhecidas diferenças da estrutura de consumo entre regiões metropolitanas, optou-se por tomar como base as 'cestas' verificadas em cada uma delas para as camadas de baixa renda". Isso foi feito, utilizando-se "as estruturas de consumo alimentar do 2º decil inferior da distribuição de despesas correntes do ENDEF e o coeficiente de Engel do 40 decil"[39]. "Aos diferentes itens de consumo foram associados preços [usando os índices de preços ao consumidor do IBGE] referentes a cada ano e a cada região metropolitana, com o objetivo de levar em conta explicitamente nos valores das linhas de pobreza as evoluções diferenciadas do custo de vida que ocorrem localmente".

Calculei os valores das linhas de indigência e pobreza para as populações urbanas de cada região, a partir dos valores calculados por Sonia Rocha para as metrópoles da região. Vejamos como isso foi feito. Eu

[39] Informações mais detalhadas da sua metodologia são encontradas em Rocha (1988).

tinha, de início, além dos valores das linhas para as metrópoles, (a) os custos das cestas de alimentos e das cestas totais, constantes da pesquisa do ENDEF de 74/75, para as metrópoles da região e para as áreas urbanas não metropolitanas dessa região (estes dados constam de Fava, 1984, p.102) e (b) estimativas das populações das metrópoles e das áreas urbanas não metropolitanas em 1989. Para o cálculo das linhas para a região urbana como um todo, utilizei médias ponderadas, em que a ponderação foi dada pelas estimativas de população em 1989, e simples regras de três.

Preciso sublinhar um dos pressupostos dos meus cálculos. Sonia Rocha usa para cada metrópole a sua estrutura de consumo dada pelo ENDEF de 1974/75 e usa o índice de preços dessa metrópole para atualizar os preços dos componentes da cesta para cada ano da década de oitenta, no caso que me interessa, para 1989. Assim, partir das linhas de pobreza que ela calcula para as regiões metropolitanas, a fim de se calcular as linhas para as populações urbanas como um todo, do modo como eu fiz, significa pressupor que se mantêm, hoje, as diferenças de custo de vida que existiam no passado, entre as áreas metropolitanas e as urbanas não metropolitanas da região. Isto, porém, não deve ter ocorrido nas duas últimas décadas. Supondo-se que estas diferenças de custo de vida tenham diminuído, o que parece mais provável, os meus cálculos estariam sub-estimando as linhas de pobreza para o conjunto das populações urbanas e sub-estimando, assim, as taxas de pobreza[40].

Uma última observação. Não calculamos linhas de indigência e de pobreza para o Brasil urbano como um todo. As linhas para as várias regiões urbanas servem para separar em cada uma delas, indigentes, pobres não indigentes e não pobres. A soma desses vários componentes populacionais de todas as regiões nos dão o conjunto de indigentes, pobres não indigentes e não pobres para todo o Brasil.

Membros do domicílio

Como nas PNADs, na PNSN inclui-se entre os moradores do domicílio, além de membros da família no sentido próprio (unidade onde se

[40] Não existindo no Brasil índices de preços para áreas não metropolitanas, não há como corrigir-se esta distorção.

juntam rendimentos e o "consumo" ocorre em comum), outras pessoas nas condições de 'pensionista', 'empregado doméstico' e 'parente de empregado doméstico'.

Para a grande maioria dos indicadores usados neste estudo, excluir ou não dos domicílios essas pessoas que não pertencem à família, altera muito pouco os resultados. Retirei assim essas categorias de pessoas apenas em alguns casos em que, se isso não fosse feito, os dados seriam mais afetados, quais sejam no de indicadores baseados em rendimentos (tipos de renda da família por exemplo), na estrutura etária, na condição de atividade (por exemplo no caso das proporções de domicílios com O ocupados) e nos tipos de estruturas familiares.

O indicador de necessidades básicas insatisfeitas

O indicador da não satisfação das necessidades básicas que foi utilizado é um conjunto de seis variáveis, onde basta uma delas indicar uma situação má, para o domicílio ser classificado como NBI (os demais sendo NBS).

As variáveis que indicam a existência de necessidades básicas insatisfeitas foram as seguintes:

1) densidade de pessoas por dormitório maior do que 3,5;

2) o domicílio ser do tipo 'rústico';

3) o seu abastecimento de água ser de 'outra forma' (não ser da rede geral, de poço ou de nascente) e não ter canalização interna;

4) não ter esgotamento sanitário;

5) não ter vaso sanitário; e

6) possuir crianças de 7 a 11 anos que não freqüentam escola.

Os componentes do indicador foram deliberadamente escolhidos a fim de se ter situações que, nas condições sócio-econômica brasileiras, possam ser consideradas muito más, extremas mesmo, qualquer que seja a região.

As ocupações 'pobres'

Num estudo da região metropolitana do Rio de Janeiro, Figueiredo et al. (1990), analisando as remunerações das ocupações, desenvolveram uma tipologia de ocupações: ocupações 'pauperizadas', 'ocupações com renda variável', ocupações concentradas nas classes de renda superior (mas que também podem registrar baixas rendas), e ocupações de 'alta remuneração assegurada'. Especifiquemos, um pouco mais, os procedimentos usados para identificar o grupo de trinta e quatro categorias de ocupações pauperizadas, que usei no presente estudo (ver Tabela 9) sob a denominação de ocupações 'pobres'.

Os autores inicialmente agregaram as 366 ocupações existentes no arquivo primário (dados da PNAD de 1987 para o Rio de Janeiro) em 108 categorias, agrupando "ocupações afins desde que tivessem freqüência muito reduzida (menor que 10 casos)". Dessas 108 categorias, incluiu-se entre as ocupações 'pobres' aquelas que tivessem majoritariamente (mais de 75%) remuneração inferior ou igual a três salários mínimos[41]. Dessa operação resultaram 34 ocupações 'pobres'.

A rigor, eu deveria repetir este procedimento para cada uma das regiões urbanas deste estudo. Preferi, entretanto, fazer um exame preliminar da questão do grau de concentração em ocupações 'pobres', dos trabalhadores de domicílios em diversos níveis de pobreza/não pobreza, usando a lista dessas ocupações que resultou do estudo de Figueiredo et al.

A lista de ocupações definidas como 'pobres' é, portanto, a seguinte: recepcionistas; produtor agropecuário autônomo; trabalhador agropecuário /pesca; alfaiates /costureiras; outros trabalhadores do vestuário/ calçados; carpinteiros; lustradores/estofadores; montadores elétricos; reparadores TV-rádio; Serventes pedreiros; pedreiros; pintores /caiadores; padeiros; outros trabalhadores artesanais alimentos; borracheiros /lapidadores; embaladores de mercadorias; vendedores; operadores de caixa; repos. /demonstr. mercadorias; feirantes; vendedores ambulantes; vendedores de jornais; empregadas domésticas; camareiras /cozinheiras; atendente de bar; cabeleireiros /manicures; lavadeiras /passadeiras; porteiros /ascensoristas; vigias; serventes; contínuos; guardas vigias particulares; lixeiros; trabalhadores braçais.

[41] "Quatro ocupações que não correspondem exatamente a este limite foram introduzidas, levantando-se em conta o alto grau de pobreza familiar: os carpinteiros, os pedreiros, os técnicos de conserto de TV/rádio e os lixeiros" (p.29).

Bibliografia

ALTIMIR, O., *La Dimensión de la Pobreza en América Latina*, Santiago: Cuadernos de la CEPAL, 1979.

CAMARGO, J. M. & Giambiagi, F., *Distribuicão da Renda no Brasil*, São Paulo: Paz e Terra, 1991.

CASTRO, A. B. de, "O Desenvolvimento Recente do Nordeste", *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira*, Vol. 2, Capítulo 6, Rio de Janeiro: Forense, 1971, p.163-283.

CEPAL, *La Pobreza en América Latina: Dimensiones y Politicas*, Santiago: Estudios y Informes de Ia CEPAL, 1985.

CEPAL, *Indicadores Censales de Satisfacción de Necesidades Basicas*, Seminario Taller Técnico sobre Medición e Investigación de la Pobreza en Argentina, Brasil y Uruguay, Montevideo: Abril de 1988.

CEPAL, *Ecuador: Mapa de Necesidades Basicas Insatisfechas*, Santiago: División de Estadística y Proyecciones, Septiembre 1989.

FAVA, V. L., *Urbanização. Custo de Vida e Pobreza no Brasil*, São Paulo: IPE/USP,1984.

FERES, J. C., *La Pobreza en Argentina: Indicadores de Necesidades Básicas Insatisfechas a partir de los Datos dei Censo Nacional de Población y Vivienda 1980,* Estudios NDEC, Instituto Nacional de Estatísticas y Censo, s/d.

FIGUEIREDO, J. B. B. de et al, *Relações da Pobreza com Trabalho e Família: Estudo de Identificação para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1987*, Rio de Janeiro: IEI/UFRJ,1990.

FILGUEIRAS, C., *Heteroaeneidad e Incidencia de la Pobreza Urbana en el Uruguay*, Montevideo: Junio de 1991 (mimeo).

FURTADO, C., *Formação Econômica do Brasil,* Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura SA, 1959.

LOPES, J. R. B., *Desenvolvimento e Mudança Social: Formação da Sociedade Urbano Industrial no Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

LOPES, J. R. B. & Gottschalk, A, "Recessão, Pobreza e Família: A Década Pior do que Perdida", *São Paulo em Perspectiva*, 4 (1), Janeiro-Março 1990, p.100-109.

ROCHA, S., *Estabelecimento e Comparação de Linhas de Pobreza para o Brasil.* Rio de Janeiro: INPES, Textos para Discussão Interna NO. 153, Setembro de 1988.

ROCHA, S., "Pobreza Metropolitana e os Ciclos de Curto Prazo: Um Balanço dos Anos 80", *IPEA: Boletim Conjuntural*, n. 12, Janeiro de 1991, p.35-39.

ROMÃO, M., "Distribuição de Renda, Pobreza e Desigualdades Regionais no Brasil", in Camargo & Giambiagi, Op. Cit., p.97-120.

ROWNTREE, B. S., *Poverty: A Studv of Town Life*, Londres: Macmillan, 1901.

ROWNTREE, B. S., *Poverty and Progress: A Second Survey of York,* London: Longmans, Green & Co., 1941.